

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

D. Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Eduardo José Pereira Coelho

VICE-REITORA PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Profª Vera Sílvia Marão Beraquet

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. Gilberto Luiz Moraes Selber

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Prof. Enildo Galvão Carneiro Pessoa

Endereço para Correspondência:

Revista Notícia Bibliográfica e Histórica
Caixa Postal 1539 – 13100 – Campinas, SP

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

ANO XXIII - Nº 141

ISS-0101- 4919

JANEIRO/MARÇO/1991

SUMÁRIO

Artigos

Fontes para a história da Abolição	03
Odilon Nogueira de Matos	
Assis Brasil, um presidencialista de idéias parlamentaristas	13
Geraldo Pinto Rodrigues	
Calvino, esse desconhecido	26
Manoel Peres Sobrinho	
Notas sobre a expansão urbana em Campinas no Segundo Reinado	30
Duílio Battistoni Filho	
João Pessoa e seus coretos	35
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci	
Tiradentes em Minas Novas	37
Sérgio Faraco	

Alceu Wamosy	43
Everardo Tibiriça	
Ascurra de ontem e de hoje	46
Enéas Athanázio	
O papel do Marquês do Paraná	50
J. Sebastião Witter	
Registro Bibliográfico	52
Periódicos	
Um pouco de música	
150 anos de um compositor	61
Memória Campineira	
Dois arrebatamentos	63
Textos (sugestões para seminários)	
Os escritores e a redemocratização do Brasil (1945)	65
Discurso aos soldados de partida para a guerra (Ciro, rei dos persas, "apud" Xenofonte)	66
Vultos da Historiografia Brasileira: Carlos da Costa Pereira	68
Seleta	
São Francisco do Sul. O nome. A fundação	92
Carlos da Costa Pereira	
Rabiscos de um escrevinhador	
Magnífico exemplo que nos vem do Amazonas	75
Linda de Chamounix	76
Tirando do esquecimento um grande paulista	77
À memória de um republicano	78
A "Escola Mineira" nas ruas de Campinas	80
Sacerdote italiano em colônias de Santa Catarina	81
Lembrança de Mário Erbolato	82

FONTES PARA A HISTÓRIA DA ABOLIÇÃO*

Odilon Nogueira de MATOS

O objetivo desta palestra inicial de nosso curso, embora intitulada simplesmente "Fontes para a história da Abolição", pretende também discutir em linhas gerais uma certa problemática em torno do assunto, como que preparando o auditório para as palestras que serão realizadas no decorrer do ano.

De início, convém assinalar a dificuldade de se organizar, não diríamos um elenco das fontes, mas sequer uma bibliografia sobre qualquer tema de nossa História. Os catálogos bibliográficos praticamente são inexistentes e os poucos de que dispomos não levam o consulente ao conhecimento qualitativo do que seria mais importante conhecer. Abra-se uma exceção para o importante livro do Nelson Werneck Sodré, *O que se deve ler para conhecer o Brasil*, aparecido em 1945, mas que vem sendo reeditado e atualizado, como de fato seria necessário; a última edição que conhecemos, a quinta, data de 1976 e representa considerável avanço com relação às edições anteriores. Mais adiante, no decorrer desta palestra, voltaremos a ele.

As fontes sobre o Abolicionismo, que particularmente deveríamos considerar, confundem-se, em grande parte, com as da própria Escravidão. Não se separam, pois sem uma não teria havido a outra. O tema está presente em vários momentos de nossa evolução histórica. Desde os tempos coloniais, pois aparece em alguns movimentos da época, como a Inconfidência Mineira e, ainda de maneira mais incisiva, na Inconfidência Baiana, de 1778. Aparece, também de maneira bastante acentuada, no processo da Independência, com os escritos e as proposições de José Bonifácio de Andrada e Silva, que serão examinados pelo nosso confrade Raul de Andrada e Silva. Aparece no Parlamento, como o demonstrará o confrade

(*) Aula inaugural de um curso promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e pela Academia Paulista de História, no ano comemorativo do centenário da Abolição.

Antônio Barreto do Amaral. A ele não será indiferente a Igreja, campo de nosso companheiro Hélio Damante. Nem a literatura (Hernani Donato) e nem a propaganda republicana (Lycurgo Santos Filho).

O problema Escravidão/Abolição não pode, evidentemente, ser considerado fora do contexto em que ele existiu e está vinculado à nossa própria evolução histórica. É preciso não esquecer que, durante todo o período colonial e mesmo boa parte do período independente, o Brasil não conheceu outro regime de trabalho que não fosse o escravo. Sua introdução remonta ao início de nossa história. Variam muito - à falta de bases concretas - as estimativas quanto ao número de escravos introduzidos no Brasil. Mais importante, no caso, do que o número exato (impossível de calcular-se) é a sua distribuição pelo País e as características em que se desenvolve a escravidão nas várias regiões. Alguns centros de concentração podem ser bem caracterizados: a Bahia, o Nordeste açucareiro, o Maranhão, as Minas Gerais, o Rio de Janeiro. Em todas essas regiões, deixou marcas bem acentuadas, como também em algumas regiões de São Paulo.

Contudo, é preciso considerar que, no caso paulista, somente com a cultura do café é que a escravidão se acentuou, e ainda assim no Vale do Paraíba e no Meio-Oeste (área de Campinas, por exemplo). Aliás, diga-se de passagem, Campinas foi um grande centro de concentração escrava e - é com pesar que o afirmamos - os fazendeiros de Campinas tinham muito má fama pela severidade com que tratavam os escravos, chegando até a constituir ameaça vendê-los para Campinas como castigo pelo seu mau comportamento. É preciso, por outro lado, considerar que a maior parte do território paulista foi povoada em época mais recente, já livre da conjuntura escravista. Regiões que não conheceram a escravidão ou então alcançaram-na já nos seus derreiros momentos.

Anote-se, também, que as áreas de pastoreio, que ocupam boa parte do território brasileiro, pois o gado, pela sua natural mobilidade, espalhou-se praticamente pelo País todo, foram pouco favoráveis à utilização da mão de obra escrava, o que não significa que ela não tenha existido. Mas, sem chegar a caracterizar a sociedade que nelas se formou.

Ultimamente, diversos historiadores têm dado ênfase a aspectos menos conhecidos da escravidão. Por exemplo: sua existência em regiões, das quais antes pouco se cuidava, como São Paulo e Rio Grande do Sul. Para São Paulo, o estudo magnífico da Professora Suely Robles Reis de Queiroz; para o Rio Grande do Sul, os trabalhos de Décio de Freitas, Walter Spalding, Moacyr Flores e Margaret Bakos. O assunto vem despertando o interesse de jovens professores para os seus trabalhos de grau (mestrado e doutorado), infelizmente nem todos publicados.

Outro assunto, recentemente valorizado e antes ignorado, é o que se refere às revoltas de escravos, nas quais se tem procurado descobrir razões mais profundas do que o simples descontentamento com os maus tratos recebidos. A bibliografia moderna é bastante rica a respeito, tendo como trabalho pioneiro, provavelmente o de Clovis de Moura, com várias edições.

Um estudo das fontes mais importantes teria que começar, obviamente, pelo período colonial, quando surgiram os primeiros trabalhos sobre a escravidão, com críticas ao sistema, embora não falasse ainda, a não ser maneira muito velada, em abolição do sistema escravista. Tais críticas seriam uma como que pré-história do abolicionismo. E a este respeito, teríamos que começar pela obra do jesuíta Padre Jorge Benci, *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos*, publicada em Roma, em 1705, reeditada pelo Padre Serafim Leite, em 1954 e, mais recentemente, em 1977, pela Editora Grijalbo, de São Paulo, numa coleção criada pelo saudoso Professor Reynaldo Xavier Carneiro Pessoa intitulada "Brasil ontem e hoje", e que, infelizmente, não teve prosseguimento.

Seis anos depois do livro do Padre Benci, portanto em 1711, aparecia o conhecido livro de Antonil, *Cultura e opulência do Brasil*, no qual os capítulos mais interessantes talvez sejam os que tratam do papel dos escravos e da escravidão no Brasil. Tal como Benci, Antonil também era jesuíta, e chamava-se João Antônio Andreoni. De tudo quanto se escreveu no Brasil colonial cremos ter sido o livro de Antonil o que maior número de edições alcançou, o que demonstra iniludivelmente, o seu interesse. No entanto, sabe-se que o livro chegou a ser apreendido pela censura régia, que nele viu uma obra inconveniente aos interesses do Estado e até pernicioso, quando, antes, essa mesma censura foi toda louvores para com ele. Afora a edição "príncipe" de 1711, o livro de Antonil ficou mais de cem anos sem que fosse reeditado. De fato, só em 1837 aparecia uma segunda edição. Mais para o fim do século, o Arquivo Público Mineiro o reeditou. De 1923, data a edição de Afonso de Taunay, por muito tempo a edição referencial, até que aparecesse a edição Canabrava, em 1969, reeditada em 1974. Até hoje, contamos pelo menos com doze edições, incluindo uma fac-similar publicada pelo antigo Museu do Açúcar, de Recife, e outra, publicada em França, por André Mansuy.

De 1758, é o *Etiópe resgatado, empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado*, publicado em Lisboa pelo Padre Manuel Ribeiro da Rocha, e nunca reeditado, pelo menos que saibamos.

De 1764 é um curioso panfleto acerca dos abusos da escravidão no Brasil: *Nova e curiosa Relação de um abuso emendado ou evidências da*

razão expostas a favor dos homens pretos em um diálogo entre um letrado e um mineiro, que o historiador inglês Charles Boxer encontrou num alfarrabista de Lisboa e reeditou com comentários, precisamente duzentos anos depois da publicação original.

No século XIX, especialmente após a transferência da corte portuguesa e, mais ainda, após a independência, avoluma-se consideravelmente o que se escreveu e publicou condenado a escravidão ou pelo menos o modo como os *escravos* eram tratados. Sirvam de exemplo, os escritos de João Severiano Maciel da Costa (Marquês de Queluz), de 1821, e o já mencionado libelo de José Bonifácio.

Com as primeiras experiências de trabalho livre, no início do século XIX, o enfoque passa a ser diferente. A coexistência do trabalho livre (o colono) com a escravidão, foi sempre o ponto mais delicado e ao mesmo tempo de reflexos mais graves e desagradáveis no que se refere ao regime de trabalho no Brasil.

Não se deve deixar sem uma referência a literatura dos viajantes estrangeiros que, a partir de 1808, começam a visitar o Brasil e sobre ele escrever. Literatura de valor muito desigual, como é inevitável. Todos fazem referência ao Brasil como um país de escravos, mas quase todos são discretos nas críticas ao sistema. Um deles, Louis Couty, ocupou-se particularmente de *L'Esclavage au Brésil*, título preciso de seu livro, publicado em 1881. Couty viveu no Brasil bastante tempo e escreveu muito sobre nosso País. Um de seus livros, *Le Brésil en 1884*, foi traduzido exatamente cem anos após a publicação original. Outro viajante que se demorou na apreciação do problema escravo foi o francês Charles Expilly, autor de dois importantes livros, *Le Brésil tel qu'il est* e *Femmes et Moeurs du Brésil*, ambos de muito interesse para a história social; apenas o segundo encontra-se traduzido, e com duas edições.

Não se deve, igualmente, deixar sem uma referência a posição dos republicanos face ao problema servil. Diga-se, preliminarmente, que o problema não foi, de início, abordado pelos propagandistas da República. O manifesto de 1870, com o qual o Partido Republicano lançou-se à luta política, silencia sobre o palpitante tema. Entra em jogo, aqui, o que podemos chamar de "cautela" dos republicanos. Não podendo pressentir o grau de receptividade de suas idéias, evitaram tocar em temas que pudessem indispor-los com as classes rurais dominantes, e de cujo apoio não podiam prescindir. Só depois que se sentem mais seguros - e isto demorou um pouco - é que assestaram suas baterias contra inúmeros pontos, dos quais discordavam freqüentemente. E um deles, obviamente, era a escravidão.

República e Abolição passam a se confundir, a partir de um certo momento. Os clubes e os jornais republicanos, que vão surgindo não só nas

capitais, mas também em inúmeras cidades do interior, tornam-se também abolicionistas. Esta, parece-nos, uma fonte digna de melhor estudo, especialmente se considerarmos que alguns desses clubes e jornais ainda existem, embora, naturalmente, transformados em seus objetivos e finalidades. As cidades onde eles localizam e que, espera-se, possuam coleções completas desses jornais ou documentos relativos aos clubes, tornam-se, conseqüentemente, centros de pesquisas dignos de consideração. Igualmente, o trabalho isolado de alguns grupos, como os "Caifazes", de Antônio Bento, que visavam à libertação dos escravos nas fazendas paulistas. Da mesma forma, a literatura: convém examinar a que ponto os romances que tomaram a escravidão como tema tiveram receptividade na sociedade brasileira da época. E assim, como a literatura, a arte: pintura e música.

A propósito de música, convém lembrar o que se passou com uma das mais importantes óperas de Carlos Gomes, *O Escravo*. Estávamos em plena campanha abolicionista, quando o Visconde de Taunay sugeriu ao compositor campineiro, então no pináculo de sua glória, que pusesse seu estro a serviço da nobre causa, compondo uma ópera cujo assunto versasse sobre a libertação dos escravos. Taunay forneceu-lhe os lineamentos de como deveria ser o libreto, mas não o escreveu. O libreto, encomendado a conhecido libretista italiano, deformou completamente a idéia de Taunay. Basta dizer que o "escravo", que deveria ser um negro, pois este é que estava para ser libertado, foi transformado em índio tamoio e a cena da ópera que deveria passar-se no século XIX, foi recuada para meados do século XVI, por ocasião da invasão francesa no Rio de Janeiro... Resta, a propósito, uma grande dúvida: a alteração do texto de Taunay teria corrido apenas por conta do autor do libreto, ou o próprio Carlos Gomes teria tido alguma interferência, receoso, talvez de que o tema "abolição" não fosse bem recebido pela sociedade brasileira? Quem o poderá dizer?

Um levantamento das fontes implicaria necessariamente na apreciação do que se fez em caráter oficial (discursos no Parlamento e nas Câmaras, resoluções de um e de outro) e o que foi realizado independentemente da ação pública. Livros, libelos, panfletos combatendo a escravidão existem muitos. o que rareia são exatamente os que tratam particularmente da Abolição. O grande livro de Joaquim Nabuco, de 1883, é praticamente o único estudo doutrinário sobre o abolicionismo surgido antes da Lei Áurea, e permanece até hoje (reeditado várias vezes) como modelo de tratamento do importante assunto.

Das biografias de abolicionistas, duas são muito conhecidas: a de José do Patrocínio, por Oswaldo Orico, e a de Luís Gama, por Sud Mennucci.

Muita coisa existirá, certamente, publicada em diversos Estados, em edições restritas ou de pouca circulação, mas que precisaria ser pesquisada. Caímos no que já tem sido dito inúmeras vezes: a falta de informações bibliográficas, que caracteriza o Brasil, não se sabendo num estado o que se publica noutra. Ainda quando se trata de edições comerciais, lançadas por grandes editoras, a coisa se torna mais fácil. Mas, ficamos a pensar nas obras editadas por editoras quase que locais, sem capacidade de difusão pelo país, ou, então, o que ainda nos parece mais grave, quando se trata de publicações oficiais, que, em geral não são vendidas, mas que só se consegue obter quando se tem conhecimento nas entidades que as editam.

As publicações periódicas (revistas) constituem outro campo, inesgotável, de pesquisa, especialmente a "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro" e as dos Institutos estaduais. Especialmente a do Instituto Brasileiro, a mais antiga publicação periódica dedicada aos estudos históricos ainda em circulação, datando seu primeiro número de 1839 (um ano após a fundação do Instituto), encontrando-se atualmente com mais de 350 volumes, afora os volumes especiais, consagrados aos diversos Congressos de História, promovidos pelo Instituto.

A fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro estimulou a criação de instituições similares em todas as unidades do País, a maior parte, ainda no século passado. E quase todos possuem publicações, muitas de periodicidade irregular, devido a dificuldades financeiras. São importantes, neste setor, as revistas editadas pelos Institutos de Pernambuco, São Paulo, Alagoas, Ceará, Santa Catarina, Bahia e Rio Grande do Sul. Um levantamento do conteúdo dessas revistas dos institutos estaduais, juntamente com a do Instituto Brasileiro, constituirá trabalho de suma importância, que, um dia, certamente será realizado.

Indique-se, também, que a Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH), consagrou um dos seus primeiros simpósios bienais (o sexto, realizado em Goiânia, em 1971) ao problema do "trabalho livre e trabalho escravo". Comemorava-se, naquele ano, o centenário da Lei do Ventre Livre, e a Associação julgou-se motivada a escolher o referido tema como centro de sua reunião. Os três alentados volumes, contendo os trabalhos apresentados ao referido Simpósio, encerram preciosos subsídios ao estudo do importante tema. Num desses volumes insere-se o importante *Levantamento e sistematização da legislação relativa aos escravos no Brasil*, organizado pela Professora Déa Ribeiro Felon.

A partir de certo momento, a historiografia brasileira passou a se interessar pelos aspectos sociais da escravidão, deixando um pouco de lado os

aspectos puramente políticos que, antes, eram freqüentemente abordados. O aparecimento de *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, em 1933, seguido pouco depois por *Sobrados e Mucambos*, nos quais eram estudadas, sob novas perspectivas tanto a sociedade patriarcal do Nordeste, como a própria sociedade imperial, estimulou numerosas pesquisas em torno da história social do Brasil, e nesta, como é natural, a influência do elemento escravo foi enorme. Tales de Azevedo, Pedro Calmon, Edson Carneiro, João Dornas Filho, Emilia Viotti da Costa, Paula Beiguelman, Manuel Diegues Júnior, Maurício Goulart, Maurílio de Gouveia, Otavia Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Clovis Moura, José Alipio Goulart, Arthur Ramos, Costa Pinto, Jacob Gerender, Margaret Bakos, Décio Freitas, são alguns novos que se impõem, dentro das mais variadas tendências, como autores de apreciáveis contribuições. A estes acrescentem-se alguns "brazilianists", como Leslie Bethell e Robert Conrad, autores de obras bastante significativas.

Não se pode esquecer, de modo algum, aqueles que no século XIX, ainda ao tempo do Império ou início da República, cuidaram do assunto em trabalhos-fontes, que o pesquisador de hoje nem sempre tem facilidade de encontrar, pois em geral são trabalhos que não foram reeditados, à exceção, certamente, dos de Tavares Bastos: Antonio Francisco Bandeira Júnior, Rui Barbosa, Afonso Celso de Assis Figueiredo, Perdígão Malheiros, Elpidio Mesquita, Bezerra de Menezes, André Rebouças, Pimenta Bueno... E mais recentes, Nina Rodrigues e Brás do Amaral.

Nas histórias gerais do Brasil sempre se abriu espaço para o tema, mas com inevitáveis limitações, dados os objetivos das obras. Abra-se uma exceção - e isto pelas dimensões da obra - para a grande *História Geral da Civilização Brasileira*, dirigida por Sérgio Buarque de Holanda, na qual o assunto vem tratado com maior desenvoltura por Maurício Goulart, para o período colonial e por Emilia da Costa Viotti e Paula Beiguelman, para o período imperial.

É importante ressaltar a preocupação revisionista de certos autores que ultimamente vêm tomando os temas Escravidão e Abolição para seus trabalhos de grau universitário, procurando, muitas vezes, encará-los sob ótica diferente da que vinha sendo focalizada pela historiografia tradicional. Procurando evitar o lado épico, glorioso, romântico que os assuntos possam oferecer, têm sido às vezes, contundentes nas suas críticas, apresentando uma história quase que "avessa" à que vinha sendo ensinada nos manuais escolares, negando mesmo certos valores consagrados e tentando desmistificar pessoas e coisas. Tais obras, nem sempre se caracterizam por um correto processo revisionista; muitas vezes são levadas por paixões ideológicas que

perturbam e obnubilam a correta visão histórica. Tempo há de chegar em que a crítica mostrará, de todas essas obras, quais as que verdadeiramente têm valor e assim poderão permanecer. Porque, entre elas, há de fato, muita coisa boa, que o estudioso não poderá desprezar. Porém, o que no momento ele não tem condições de fazer ainda, é separar o joio do trigo...

Iniciamos esta palestra com uma referência ao livro de Nelson Werneck Sodré, *O que se deve ler para conhecer o Brasil*, e prometemos voltar a ele. A bibliografia do ilustre historiador do Rio de Janeiro é disposta por tópicos - nada menos de quarenta e sete - cada um deles comportando três partes: uma "informação preliminar" ou "introdução histórica", onde o tema é situado no quadro geral da história brasileira e não raro da própria história do mundo, e, depois, as indicações das "fontes principais" e das "fontes secundárias". Para as "fontes principais" há um comentário muito criterioso acerca de cada uma delas; para as fontes consideradas "secundárias", apenas as indicações bibliográficas. Entra, aqui, naturalmente, muito de pessoal (o que é inevitável), deixando o consulente, às vezes, em dúvida quanto à qualificação das fontes dada pelo autor; algumas consideradas "secundárias" poderiam passar à categoria de "principais" e vice-versa. Também faltam no roteiro de Nelson Werneck Sodré indicações bibliográficas mais precisas. A simples indicação de local e data de publicação, com total omissão do editor, cria muitas vezes dificuldades ao leitor. Convém, por outro lado, considerar que a obra de Sodré limita-se (o que já não é pouco) às obras publicadas em volume, com omissão da grande quantidade existente de trabalhos publicados em revistas especializadas, às vezes mais importantes do que muitos livros. Mas, com todas estas restrições, que não invalidam de maneira alguma seu livro, trata-se de trabalho altamente meritório, único mesmo na bibliografia brasileira, e que, por isto, não nos cansamos de recomendá-lo aos nossos estudantes. Oxalá possa *O que se deve ler...* ser periodicamente reeditado, com os acréscimos necessários.

O tema que nos interessa aparece em dois momentos do roteiro de Sodré: nos tópicos 9 e 25. Entre as fontes principais do tópico nono, coloca o autor algumas obras gerais sobre o tráfico e a escravidão, muitas vezes citadas como referencial teórico: *El ocaso de la esclavitud en el mundo antiguo*, de E. Ciccotti; *Histoire de l'esclavage dans l'antiquité*, de H. Wallon; *Capitalismo e escravidão*, de Eric Williams; *Africa and the rise of capitalism*, de W. E. Williams; *Étude sur le traite des nègres*, de C. Monheim; *Historia de la esclavitud de la raza africana en el Nuevo Mundo*, de J. A. Saco; *La traite négrière aux Indes de Castille*, de Georges Scelle. Particularmente sobre o Brasil, indica apenas cinco obras: *A escravidão no Brasil*, de Perdígão Malheiro (publicada pela primeira vez em 1866/67, mas da qual Sodré cita apenas a

reedição de 1944); *Rebeliões da senzala*, de Clovis Moura (citada também na segunda edição, Rio, 1972); *Palmares: guerra dos escravos*, de Décio Freitas (Porto Alegre, 1973); *Subsídios para a história do tráfico africano no Brasil*, de Afonso de Taunay (São Paulo, 1941) e *A escravidão no Brasil*, de João Dornas Filho (Rio, 1939).

Entre as “fontes subsidiárias”, coloca o autor algumas obras estranhas ao Brasil, como *Fuentes para la historia del trabajo en Nueva España*, de Silvio Zavala; *England and Slavery*, de MacInnes; as demais versam sobre o Brasil, e são as mais conhecidas: *A escravidão africana no Brasil*, de Evaristo de Moraes (São Paulo, 1933); outra, de igual título, de Mauricio Goulart (São Paulo, 1949); *As guerras nos Palmares*, de Ernesto Ennes (São Paulo, 1938); *O quilombo dos Palmares*, de Edison Carneiro (Rio, 1966), *O negro no Rio Grande do Sul*, de Nestor Ericksen (Porto Alegre, 1941); *Ladinos e crioulos*, do já citado Edison Carneiro (Rio, 1964) e alguns livros de acesso difficilimo aos estudiosos de hoje, como *L'Esclavage au Brésil*, de Louis Couty (de 1881), *La traite, l'emigration et la colonization au Brésil*, de Charles Expilly (de 1865) e a obra de Tito Franco de Almeida sobre o tráfico (também de 1865).

Convém transcrever alguns trechos dos juízos do autor acerca de algumas fontes “principais”. Sobre Perdigão Malheiros: “...não perdeu o seu lugar na bibliografia brasileira. O estudo à base de legislação, constitui um levantamento minucioso da situação do trabalho escravo no Brasil na segunda metade do século XIX, quando o sistema estava encaminhando para a decomposição. Perdigão Malheiro procedeu a um levantamento exato do problema, apreciando-o sob vários ângulos e com grande isenção”. Sobre Clovis Moura: “Os que acreditam que a vigência do escravismo brasileiro foi tranqüila, entre os quais se destacam aqueles que acreditam ter sido a escravidão mansa, estão apenas embalados pelas ilusões de uma historiografia viciada na repetição, fornecedora de imagem deformada da realidade histórica. “O escravismo brasileiro... foi turbulento na sua crueldade inata, sanguinolento, marcado por rebeliões as mais variadas. A investigação desse quadro que tanto contrasta com aquele fornecido pela historiografia oficial, está apenas em início. Entre as obras pioneiras, no assunto, a de Clovis Moura se destaca, particularmente nesta reedição ampliada, em que coloca em novos termos as lutas dos escravos”. Sobre Décio Freitas: “... realizou uma pesquisa rigorosa, a mais ampla já efetivada no Brasil, e elaborou o largo painel em que decorreram as lutas dos escravos nordestinos... Pesquisa idônea, rigorosa, ampla e sentido de análise fecundo, com perspectiva histórica, o livro assinala um dos momentos mais importantes da nova historiografia brasileira”. Finalmente sobre Taunay: “Com a sua paciência de

erudito, e também a sua ausência de método, oferece preciosas informações a respeito do tráfico negreiro, onde os negros eram desembarcados, como eram vendidos, como eram distribuídos, que navios e sob que bandeiras chegavam ao País, que recursos movimentava o tráfico, etc.”.

Já com relação à abolição, como fontes principais arrolam-se as obras de Augustin Cochin, *L'abolition de l'esclavage* (Paris, 1861); de Reginald Coupland, *The British anti-slavery movement* (Oxford, 1933); e particularmente sobre o Brasil, as de Robert Conrad, *Os últimos anos da escravidão no Brasil* (Rio, 1975); *A escravidão no Brasil e as medidas que convém tomar para extingui-la sem dano para a nação*, de Bezerra de Menezes (Rio, 1869); *O futuro da grande lavoura e da grande propriedade no Brasil*, de Beaurepaire-Rohan (Rio, 1878); *Emancipação dos escravos*, de Ruy Barbosa (Rio, 1884); *The abolition of the Brazilian slave trade*, de Leslie Bethel; *O Abolicionismo*, de Joaquim Nabuco (São Paulo, 1928); *O precursor do abolicionismo no Brasil*, biografia de Luís Gama, por Sud Mennucci (São Paulo, 1938) e *The abolition of slavery in Brazil*, de Robert Toplin (New York, 1972). E entre as subsidiárias, citemos apenas as mais importantes: *A influência social do negro brasileiro*, de João Dornas Filho (Curitiba, 1943); *Capitalismo e escravidão: o negro na sociedade do Rio Grande do Sul*, de Fernando Henrique Cardoso (São Paulo, 1962); *Campanha jurídica pela libertação dos escravos*, de A. J. de Macedo Soares (Rio, 1938); *História da escravidão*, de Maurílio Gouvêa (Rio, 1955); *As metamorfoses do escravo*, de Otavio Ianni (São Paulo, 1962); *Da senzala à colônia*, de Emilia Viotti da Costa (São Paulo, 1966); *Os republicanos paulistas e a abolição*, de José Maria dos Santos (São Paulo, 1942); *O negro na luta contra a escravidão*, de Luiz Luna (Rio, 1968).

Alguns juízos de Sodré neste tópico. Sobre Conrad: “Exaustivo estudo do abolicionismo brasileiro”; sobre Ruy Barbosa: “Não há talvez em toda a literatura sobre a campanha abolicionista estudo tão profundo e tão circunstanciado como o parecer de Ruy Barbosa”. Sobre Nabuco: “Neste (livro) estão encerradas algumas de suas melhores intervenções em favor dos escravos. Nabuco colocava o problema sob aspectos objetivos. Sua análise guarda muito da emoção de que se revestiu a campanha abolicionista. Mas retém sempre clara a análise do problema, mostrando os aspectos negativos do trabalho escravo, a sua fraca rentabilidade, a ausência de sentido da propaganda que anunciava a abolição como associada à ruína da lavoura brasileira”.

Nossa preocupação ao traçar este ligeiro (e incompleto) quadro das fontes para a história da Abolição foi apenas uma: mostrar a importância do problema e procurar chamar a atenção dos nossos estudiosos para um interesse acerca de um melhor conhecimento das fontes, pois sem elas não há história.

ASSIS BRASIL, UM PRESIDENCIALISTA DE IDÉIAS PARLAMENTARISTAS

Geraldo Pinto RODRIGUES
(Da Academia Paulista de Letras)

A multifária, rica e fascinante personalidade de Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938) aguarda ainda um estudo minucioso por quem queira sobre ela debruçar-se com dedicação. O político, o parlamentar, o diplomata, o orador, o escritor, o ruralista, o revolucionário - cada uma dessas facetas do notável homem público sul-riograndense há de fornecer ao estudioso atento copioso material de análise, de que belos exemplos e proveitosas lições serão facilmente extraídos.

Este trabalho tem modestos limites e limitadas pretensões. Visa apenas ao enfoque de alguns aspectos do pensamento político de Assis Brasil, à guisa de contribuição para uma história das idéias políticas no Brasil, que se há de escrever um dia e para cujo levantamento global parecem-nos sempre oportunos os estudos de caráter monográfico.

A despeito de nossa admiração pelo eminente repúblico e federalista - a quem tanto deve o direito político brasileiro - esta não será uma dissertação de sentido apologético. Pelo contrário. O próprio título que demos seria suficiente para irritar e desgostar o político gaúcho, se vivo fosse. Estamos, porém, persuadidos de que, este que passou a ser considerado e comumente citado como um dos principais doutrinadores do presidencialismo pátrio, em verdade propugnou um sistema presidencial a tal ponto "parlamentarizado", que só por muito pouco não chegou a aceitar o regime mesmo de gabinete. Quem sabe se não viria, afinal, se mais vivesse, a acatar de todo a forma das "instituições inglesas", como ponto derradeiro da evolução natural de suas idéias arraigadamente democráticas, ele que se molestava também com o "despotismo unipessoal"?

Após a publicação, com vinte anos de idade, de um livro de versos de conteúdo social, de sentimento patriótico e ao mesmo tempo incon-

formista em relação ao cativo dos negros (*Chispas*, 1877), Assis Brasil, ainda quartanista de Direito, dá a lume *A República Federal* (1881), com que inicia sua pregação doutrinária. Nos livros e opúsculos subsequentes o que se vê é a reiteração ou o desdobramento sempre coerente de suas idéias fundamentais, que, desde o primeiro momento, se colocaram ao serviço do aprimoramento das nossas instituições políticas. Por isso, passagens de uma obra são muitas vezes repetidas em outras, até "ipsis literis". Advirta-se, contudo, que essa coerência não era entretanto impermeável a toda idéia nova capaz de impressionar-lhe o espírito e convencê-lo de postulações diferentes. Assim, por exemplo, após ter defendido com veemência o "mandato imperativo"¹, mais tarde contrariou sua opinião, por considerá-la incompatível com a observação que colheira na vida prática. Relativamente ao "funcionamento da nossa Federação", também corrigiu ele alguns pontos assentados de início de modo radical, sobretudo no que concerne à unidade do direito nacional (substantivo e adjetivo) e à nomeação dos funcionários da Justiça, que entendia dever competir ao Supremo Tribunal Federal.

Mas não mudou muito este homem de firmes convicções, como ele mesmo nos dá conta neste passo: "Se, pois, a concessão que declaro fazer com relação às minhas velhas convicções doutrinárias equivale a uma completa mudança de opinião (referia-se ao problema da unificação do Direito), de cabeça alta proclamo que não me envergonho de tal mudança. Nunca pretendi ser infalível. Se tenho mudado pouco é porque sobre poucas opiniões tenho perdido a convicção. Mas, uma vez perdida esta, o que seria vergonhoso seria insinuar o contrário. Errar é dos homens; teimar no erro é que é das bestas" (*Ditadura, Parlamentarismo, Democracia*, 1927, p. 158).

"Os representantes devem ser eleitos; o Presidente nomeado"

Para Assis Brasil, o "amplo e expansivo sistema da república federal é o mais racional de todos os sistemas de governo", conforme declara em seu livro de 1881, *A República Federal*. É, esta, uma obra de pensamento, mas é também uma obra de combate. De combate vigoroso que, através da pena ou do verbo, travou contra a monarquia unitária, sobre cuja "maléfica influência", no seu modo de ver as coisas, discorreu por vezes com evidentes exageros.

(1) Em *A República Federal*, p. 297, escreveu: "O mandato político é uma verdadeira procuração. Se o mandatário ou procurador não cumprir bem os seus deveres, se não curar convenientemente dos negócios do mandante, este tem o direito incontestável de cassar-lhe o mandato, de retirar-lhe a sua confiança, de anular a procuração". Esta opinião foi reformada totalmente doze anos depois, quando publicou *Democracia Representativa*.

República e Federação, como observa J. P. Coelho de Souza (*O Pensamento Político de Assis Brasil*, 1958), são “as idéias mestras de seu trabalho doutrinário, as constantes do seu pensamento, a que voltaria sempre, mesmo quando, vitoriosas e expressas em fórmulas constitucionais, corriam o risco de deformação”. A própria Democracia, para Assis Brasil, confundia-se com aqueles dois conceitos. Só através desse binômio se alcançaria a plena realização dos ideais democráticos. Com a República, pretendia que se proporcionasse às instituições “uma válvula fácil, um meio legal de dar expressão aos sentimentos populares”. Com a Federação, desejava criar a “unidade na variedade”.

Claro está que, na República, o chefe de Estado deveria ser naturalmente um presidente. Mas de que tipo? Com quais prerrogativas? Nesse primeiro livro Assis Brasil não define ainda, de forma precisa, o “seu” sistema presidencialista. Diz ele, apenas: “É verdade que na República o chefe do poder executivo é eleito por um partido. Esta, porém, longe de ser uma mácula, é certamente uma das grandes virtudes da democracia. Um partido é sempre portador duma idéia. O partido que consegue vencer a eleição e fazer o chefe do poder executivo representa necessariamente a maioria da nação. As suas idéias são as da maioria. Logo, o chefe do poder executivo representa sempre as idéias, o programa da maioria da nação”. Em outro trecho assevera: “A nação que não tem o direito de eleger o seu primeiro magistrado rege-se por uma política castrada”. A impressão que fica, portando, é a de que deveria ser eleito diretamente, tendo como veículo o partido. Não é assim, porém, que Assis Brasil sugerirá mais tarde, ao publicar a obra que, internamente, alcançou maior repercussão: *Do Governo Presidencial na República Brasileira* (1896). Aí, com efeito, sob a alegação de que a escolha do chefe de Estado é mais um ato de administração do que de soberania, recomenda a eleição pelas câmaras, lançando esta fórmula: “Os representantes devem ser *eleitos*, o Presidente *nomeado*”. Antes, na *Democracia Representativa*, já havia condenado a eleição direta do presidente da República, preconizando inclusive a mesma idéia de “nomeação”, isto é, eleição pelo Congresso.

Em 1883, recém-formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, Assis Brasil volta ao Rio Grande, onde vai dar continuidade à sua pregação, já agora engajado na política militante. A 15 de março desse ano, em seguida ao encerramento do Congresso Republicano, em Porto Alegre, pronunciou uma conferência que, publicada logo depois, recebeu o título significativo de *A Unidade Nacional*. Era a mesma idéia de que a unidade reside no federalismo e que a centralização, ao contrário do que supunham os monarquistas, representava o desmembramento. “Nós afirmamos - dizia - que a unidade se conseguirá exatamente pelo meio oposto, isto é, pela

completa ausência de toda e qualquer centralização pela autonomia, que é a liberdade administrativa e política”.

Armado de extraordinário poder combativo e de entranhado idealismo, Assis Brasil tinha a certeza de que a sua luta, apesar de todas as dificuldades e fadada até a muitos desenganos, haveria de ser vitoriosa. Por isso dizia convictamente aos seus conterrâneos que, embora “moços ainda muitos de nós, podendo fruir os mais altos prazeres, ligados a um dos grupos monárquicos, nos votamos, entretanto, a esta ingrata e amarga posição de preparadores, de doutrinadores, que devia ser ocupada de preferência pelos velhos experientes da vida e das suas atribuições. Mas a gratidão da pátria não será negada aos que por ela trabalham e se sacrificam; o futuro há de prová-lo”.

Em 1884, eleito para a Assembléia Provincial (o único deputado republicano nessa legislatura), dá início à sua brilhante carreira parlamentar, em que se revelaria um dos maiores oradores que já possuímos. O tema “Pela Federação, pela República” - as duas constantes de seu ideário político - é ainda uma vez desenvolvido e justificado minuciosamente pelo jovem deputado, em dois discursos de fôlego e de ampla ressonância. O cerne da argumentação é o mesmo: “O que é preciso é uma reforma completa” - a reforma do sistema administrativo e político, a alteração completa da forma de Estado e da forma de governo.

Mais tarde, já no cenário da capital do País, e realizada finalmente a reforma por que tanto se batera, Assis Brasil há de prosseguir ainda em sua porfia, visando agora ao aperfeiçoamento da República e ao funcionamento mais adequado da Federação. Quer como deputado da primeira legislatura republicana, quer como constituinte em 1934, deixará ele a marca do seu talento e do seu idealismo gravada de modo indelével nos anais do Parlamento brasileiro.

O sufrágio universal e o voto da mulher

A mesma convicção que nutriu Assis Brasil sobre a conveniência e até a “fatalidade” de vir a transformar-se a monarquia unitária em república federalista - fazendo tal pregação desde cerca de dez anos antes de operar-se a mudança - teve-a ele, desde o primeiro momento, a respeito da necessidade de instituir-se uma “representação verdadeira”, como primeira condição de existência da democracia. O capítulo final de seu livro de 1881 é dedicado, precisamente, à defesa do sufrágio universal, que ele justifica com rara

inteligência e sólida argumentação. E é notável que o fizesse já naquele tempo, quando na Europa ia ainda acesa a discussão sobre o assunto, pelo menos no que tange à extensão que se deveria dar ao direito de escolha. E, aqui, tinha quase o sabor de coisa proibida. Defende também, com igual veemência, o voto feminino, o que era verdadeira ousadia.

Dizia, em 81, o lúcido quartanista de Direito, após sustentar que o sufrágio é um direito - "tão sagrado como os mais sagrados que se possam conceber" - e não uma função pública: "E, como todos os homens são igualmente livres, o direito de sufrágio pertence igualmente a todos, que o deverão exercer logo que tiverem preenchido as condições indispensáveis, como para o exercício pleno de qualquer outro direito individual se exigem". E sobre o voto das mulheres: "... já houve tempo em que esta bela metade do gênero humano estava privada criminosamente de toda espécie de direitos, mesmo das indispensáveis garantias da vida; e, conquanto ainda hoje, apesar da nossa estulta arrogância de homens perfeitos, a mulher continua despojada quase absolutamente de liberdade - não nos é, todavia, ilícito afirmar que ela não esteja destinada a conquistar algum dia os foros que tão obstinadamente lhe têm sido negados. A mulher pode vir ainda a exercer os seus direitos políticos; por que negá-los?"

Reconhecia, porém, acertadamente, que apesar do adjetiva "universal", o sufrágio tinha limites naturais, como ainda hoje se admite. Limites que não se confundem, entretanto, com os privilégios estabelecidos pelos sistemas restritivos (v. g. o sufrágio censitário), mas são determinados por incapacidades, como sejam: de idade (os menores de 21 anos; hoje, 16 anos apenas); de alienação mental (os loucos); de ignorância (os analfabetos); de função (os militares em geral; hoje só as praças de pré). Fora desses limites, insistia, Assis Brasil, o que existe "é a necessidade urgente da intervenção de todos nos negócios de todos, isto é, o sufrágio universal".

Deputado federal em 1893, Assis Brasil tem a oportunidade de corporificar, num projeto de lei eleitoral, as idéias que há longo tempo perfilhava, deixando, porém, de lado o voto feminino (embora o enalteça ainda uma vez), por julgar improvável ainda a sua aceitação. Da longa exposição de motivos que escreve para acompanhar o projeto, surge o livro *Democracia Representativa: Do Voto e do Modo de Votar*, publicado no mesmo ano e consagrado "aos leais e verdadeiros democratas a cujo lado esforçadamente lidei na mais gloriosa época do partido republicano".¹

(1) "Rebentou nesse momento a revolta naval. O projeto não se discutiu, e nem o livro leu-se".

É o aprimoramento da República e, por conseguinte, da própria Democracia brasileira, o que ele quer e prega. Exalta o governo representativo, dizendo das maiores vantagens que têm os povos livres em ser representados do que em comparecer, e aduz a respeito do voto - instrumento da escolha - brilhantes e judiciosos conceitos. Ele (o voto) "não é somente útil, apesar dos seus defeitos; é também necessário" - assevera. Destarte - acrescenta -, "o estudo do processo a empregar para que o voto seja o mais possível verdadeiro e eficaz será sempre digno de objeto da mais séria atenção dos estadistas e de todos os homens que compreenderem seus deveres sociais". Sim, entende com muito senso realístico, que "o governo democrático e o voto, que o constitui, têm defeitos". Contudo, interroga logo adiante: "Mas que instituição humana os não terá, especialmente tratando-se de aplicá-la? O que é preciso é verificar se haveria outra instituição *possível*, compatível com as circunstâncias do povo em questão, sem defeitos, ou encerrando menos defeitos".

Eis aí a sua estupenda doutrinação democrática, como um exemplo válido para hoje e para sempre!

Quanto ao aspecto material de dar voto, não é ainda desta feita que ele irá se definir de modo explícito. Embora intimamente convencido das vantagens do voto secreto - tanto no projeto referido, quanto na justificação (e portanto no livro em que foi ela transformada) Assis Brasil ladeia a questão, declarando apenas que a deixava inteiramente ao arbítrio de cada votante. É provável que tivesse procedido assim para ser fiel à disciplina partidária, pois o PR riograndense, a que pertencia, defendia o voto a descoberto. Teria sido, dessa maneira, coerente com o que ele mesmo proclamava, isto é, que "a idéia de partido político é inseparável da idéia de disciplina". E não é à toa que, na obra em referência, todo um capítulo é dedicado à "Militarização dos Partidos", ou seja, exatamente a sua rígida disciplina orgânica.

O alistamento "ex-officio" e a representação proporcional

Importante ainda no livro *Democracia Representativa* é o capítulo em que Assis Brasil discorre sobre a representação proporcional, tendo em vista assegurar a representação efetiva das minorias no processo político. Não, porém, uma proporcionalidade "à outrance", mas com "limitações impostas pela natureza das coisas" (a expressão, repetida várias vezes em suas obras, trai a sua formação montesquieniana).

Esse é, aliás, um dos itens mais expressivos do projeto de lei que apresentou à Câmara a 19 de agosto de 1893. A propósito dessa iniciativa, de

início encarada com muitas reservas, dirá ele 11 anos depois: "Que o projeto de representação proporcional da *Democracia Representativa* é prático e eficaz provam-no os fatos. Ele foi acolhido pelo nosso virtuoso presidente Prudente de Moraes, como posso provar com a sua correspondência, que conservo com a veneração devida aos bons amigos e aos grandes cidadãos. Foi proposto pelo senador Gil Vicente, para regular as eleições do Distrito Federal. Foi brilhantemente defendido no Senado pelo notável jurista João Barbalho, e na Câmara, pelo ímpoluto republicano Cincinato Braga. Foi decretado e posto em execução, com os melhores resultados, apesar de algumas mutilações importantes que sofreu quando transformado em lei. Se foi mais tarde abolido e substituído pela imoral lista incompleta, tiveram a culpa mais as suas virtudes que os seus defeitos: as influências eleitorais do Distrito Federal não queriam a representação das opiniões, mas simplesmente o famoso *rodízio*, o *triângulo* e não sei quantas outras entidades da gíria da corrupção local".

Outro ponto de grande interesse focalizado no livro em apreço - e pela primeira vez focalizado na bibliografia política mundial, segundo uma anotação posterior de Assis Brasil - diz respeito à proposta de *alistamento contínuo*, ou "*ex-officio*", pelo juiz, com a expedição obrigatória do título de eleitor a todo cidadão que atingisse a idade legal. Esta decretação compulsória da *maioridade cívica* - acolhida por Rui Barbosa, com entusiasmo, em sua famosa Plataforma Eleitoral de 1910 - far-se-ia, naturalmente, depois de verificada a existência das respectivas condições, ou seja, a necessidade de saber ler e escrever e a ausência de quaisquer circunstâncias legais supressivas ou suspensivas do exercício da cidadania. Não é lícito ver-se, aí, o germe da Justiça Eleitoral, que se criaria em 1932?

Enfim, esse livro de tantos méritos e de tão sábios alvites, que mereceria a honra de ser vertido para o castelhano por d. Bartolomé Mitre y Vedia e editado na Argentina em 1894, não teve entre nós, na época, a repercussão a que fazia jús. Apesar disso, seus conceitos e sugestões aos poucos ganhariam profundidade e latitude, acabando por vingarem plenamente e se converterem em pontos altos da evolução do nosso direito político.

*

A predicação diuturna de Assis Brasil, com o sentido patriótico de aperfeiçoamento das nossas instituições democráticas sobretudo através da melhoria do processo de representação, tem outro documento de ines-

timável valor na magnífica e histórica oração por ele pronunciada em Santa Maria, a 20 setembro de 1908, quando apresentou e justificou o projeto de programa do Partido Republicano Democrático, criado, sob sua inspiração e chefia, pela dissidência do PR riograndense. Esse discurso, proferido de improviso, como lhe era peculiar, e em seguida publicado, com base nas notas taquigráficas, sob o título *Ditadura, Parlamentarismo, Democracia*, é uma reafirmação das teses anteriormente expostas nos seus vários livros, ao lado da defesa de novos pontos de vista ditados pela conjuntura do momento. Propugnava o partido recém-fundado - e a respeito de cada item do programa o notável publicista fez lúcidas considerações - a revisão "oportuna" da Constituição Federal (de modo a eleger-se o presidente pelas Câmaras e abolir-se o cargo de vice-presidente), conservando-se, porém, os seus princípios essenciais; a harmonização da Lei Básica do Estado sulino com a da República (considerava-se ditatorial a chamada Constituição Júlio de Castilhos, e a esse propósito Assis Brasil tece duras críticas); o respeito invariável à autonomia dos municípios; a consagração da maior cota possível dos recursos do Tesouro à instrução pública e à educação profissional; além de uma série de medidas de ordem econômica e financeira, como, por exemplo, o povoamento do solo, a proteção às indústrias do País, a reforma das tarifas de importação, o acréscimo das rendas públicas, etc.. Quanto ao regime eleitoral, o alistamento "ex-officio" e a representação proporcional são os pontos salientes do programa.

O código eleitoral de 1932

Homem de partido, preocupado sempre em dar conteúdo e significação aos movimentos de que participava, foi Assis Brasil quem, em 1927, se incumbiu de apresentar e justificar perante a Câmara dos Deputados o programa do novel Partido Democrático Nacional. Era uma louvável iniciativa de - antecipando de vários anos ao preceito constitucional - agrupar combinações locais, unidas pela afinidade de princípios, visando a fornecer uma ampla corrente de opinião de caráter verdadeiramente nacional. Propunha-se, além disso, pelear por "todas as medidas que interessem à questão social, no sentido de vindicar para todas as classes o direito que lhes cabe de interferir na direção dos negócios públicos, animando entre elas o espírito de fraternidade por leis protetoras do trabalho, da cooperação e da assistência (*Apud J. P. Coelho de Souza, ob. cit.*)

Igual preocupação, frise-se, já demonstrara Assis Brasil dois anos antes, quando, de Montevidéu e na qualidade de presidente da Comissão

Executiva, redigira o "Manifesto" da Aliança Libertadora do Rio Grande do Sul, o "grito de guerra" do movimento que se tornaria vitorioso no País em 1930 e que iria marcar novo período da República brasileira. Nesse documento também se propugnam "bases positivas para o progresso moral e material das classes trabalhadoras, criando a proteção legal para a atividade do operário, especialmente no que se refere à saúde e instrução, e ao amparo para o tempo de invalidez". Aí se encontra, pode dizer-se, o gérme da legislação posterior sobre o trabalho e a previdência social no País, infelizmente deturpada pelo Estado Novo instituído em 1937.

Dois temas centrais do "Manifesto" são ainda a "falta de Justiça" e a "ausência de representação". Em relação ao primeiro, advoga a atribuição processual à legislatura federal, assim como a "efetivação da independência do Poder Judiciário", através da disciplinação rigorosa da magistratura como carreira. Relativamente à "representação", ainda uma vez é encarecida a necessidade da inscrição obrigatória dos eleitores e, como alvitre principal, o estabelecimento do voto secreto, "única forma de voto sério".

O notável Código Eleitoral de 1932 - obra de Assis Brasil, João Cabral e Mário Pinto Serva - iria, afinal, tornar realidade não apenas o voto secreto e o alistamento e voto obrigatórios, mas também a representação proporcional, o voto feminino e a criação da Justiça Eleitoral. Para ter-se idéia do que representou esse estatuto, como obra de rara lucidez, basta dizer-se que depois de sua promulgação pouco se acrescentou ao que estão se fez. Talvez seja a chamada célula oficial a única novidade significativa introduzida no processo eleitoral brasileiro desde 1932.

O suscito apanhado que até aqui fizemos do ideário de Assis Brasil seria suficiente, cremos, para demonstrar a estupenda atuação desse eminente publicista brasileiro em nossa evolução político-constitucional. Todavia, a formulação de sua doutrina presidencialista - pelas sugestões que encerra e pelas dúvidas que ainda suscita em nosso espírito - merece ainda considerações outras que faremos em seguida e por último.

A ojeriza de Assis Brasil pelo regime parlamentar (mas não por todas suas características, diga-se de passagem e preliminarmente) nasce, ao nosso ver, de alguns equívocos e de um iniludível preconceito. Não nos parece uma afirmação gratuita, com efeito, dizer que foi o ódio à Monarquia que o levou a rejeitar e combater o regime de gabinete, como de resto aconteceu em

geral com os nossos propagandistas republicanos. Para estes, era inconcebível, em última análise, que a sonhada República Federal mantivesse um regime de governo a que se ligara o Brasil monárquico e que, na época, de fato mais íntimo se tornara da realeza européia. Taxativo era, por exemplo, Campos Sales, quando afirmava que o regime presidencial “foi sempre da essência do governo republicano, como o parlamentarismo é das monarquias constitucionais”. Também Assis Brasil assim julgava, da mesma forma que entendia ser democrática só a forma republicana. Apontando um “antagonismo profundo entre a índole do País e as instituições que lhe deram”, já em seu livro de 1881 ele afirmava: “Os nossos sentimentos para com a realeza têm de ser, pois, necessariamente de ódio, ou, quando menos, de indiferença. E esta é a realidade”. Ódio pela monarquia e, conseqüentemente, pelo que lhe era inerente. A tal ponto, que chega a falsear a verdade histórica quando diz que “com a carta constitucional de 1824 foi instituído um regime parlamentar imitado do inglês”. Ora, é sabido que não foi assim. A Carta do Império não só não instituiu esse regime, como criou ainda sérios obstáculos para que ele fosse praticado, ao conferir ao monarca demasiadas prerrogativas, através do Poder Moderador. Não obstante, e a exemplo do que aconteceu na Inglaterra, o parlamentarismo no Brasil foi uma lenta e gloriosa conquista do sentimento liberal de nossa gente.

Ao tratar do parlamentarismo, a idéia do *príncipe* o domina inexoravelmente, levando-o a mal-entendidos ou a adotar atitudes preconceituosas. Por exemplo: quando, na formulação do seu presidencialismo “*sui generis*”, admite que o chefe de Estado não goze de plena liberdade na escolha do ministério, pois tem de “dar obediência a tantas considerações de ordem política e partidária”, compara tal procedimento ao da “doutrina parlamentarista”, em que “a plena liberdade do príncipe” (sic) de nomear e demitir livremente os ministros só existe na “linguagem legal”.

Portanto, *parlamentarismo* e *príncipe* são idéias que, no seu espírito, se fundem perturbadoramente, sem dar-se conta, entretanto, de que toda a sua conceituação do sistema presidencial muito se aproxima, em verdade, do que ele mesmo pretendia refutar “*ab initio*”.

Presidencialismo ou Parlamentarismo?

Talvez por ter os olhos postos nas instituições políticas da França sob a Constituição de 1875 - que de fato distorceu o regime parlamentar, dando margem à onipotência do Legislativo - o que é certo é que a imagem

que Assis Brasil faz do regime de gabinete está longe de caracterizar com fidelidade essa forma de governo. Entende-a como o sistema onde se verifica a "confusão dos poderes", em que "o parlamento nomeia do seu seio uma comissão, que toma o nome de ministério, e assume o poder e a responsabilidade da função executiva". Ora, esta forma de governo representativo tem um nome específico: é o governo de Assembléia ou convencional. Aí, sim, pode falar-se em confusão de poderes. Não, porém, no parlamentarismo, onde, a par da reciprocidade de ação entre o Legislativo e o Executivo, tem este "liberdade de iniciativa e um direito de ação imediato anterior ao controle da Câmara", como ensina Burdeau.

Embora não sustentasse a "absoluta incompatibilidade entre a república federativa e o governo de gabinete", via dificuldades para essa justaposição e argumentava que, por isso, nenhuma nação organizada federativamente praticava, ao tempo em que sobre isso escreveu (1896), o referido sistema. Todavia, basta citar hoje os exemplos da Alemanha Ocidental e da Áustria para mostrar que de fato não existem as incompatibilidades que, a esse respeito, muitos pretendem enxergar.

Assis Brasil encerra o seu *Do Governo Presidencial* afirmando ter procurado demonstrar "que a índole, que as mais essenciais condições do Brasil são inconciliáveis com o parlamentarismo e se harmonizam facilmente com o espírito do governo presidencial". A despeito da assertiva categórica, não nos parece, entretanto, que tenha sido feliz em sua demonstração. Em primeiro lugar, porque a especialização que ele exige dos Poderes da República - o legislativo tem a missão de fazer as leis, o executivo a de as fazer cumprir, o judiciário a de julgar os casos de direito - em nada contraria o parlamentarismo, inclusive porque ele reconhece que os três poderes devem funcionar "acordes e harmônicos, auxiliando-se, equilibrando-se e corrigindo-se". Em segundo lugar, também em nada o contraria o fato de sermos "um povo radicalmente democrático", de "índole igualitária", etc. Pelo contrário, sendo o sistema parlamentar mais aberto às repercussões da opinião pública, e por isso mesmo aquele capaz de melhor exprimir as aspirações populares, é por natureza mais democrático, e, destarte, mais consentâneo com as nossas tradições de reação a todo espírito autocrático. Prova-o a sua prática vitoriosa durante o Império, a despeito de todos os percalços.

*

Partindo do princípio de que "a constituição do Brasil deve ser antes de tudo brasileira", o insigne publicista patricio formula, finalmente, a

“sua” doutrina presidencialista, e toma emprestado ao regime que ele tanto condena, as idéias básicas da organização institucional que propõe para o nosso País.

São estas, em síntese, as suas sugestões:

1) O presidente da República deve ser eleito (nomeado, diz ele, já que se trata de indicar o funcionário mais graduado da Nação) pelo Congresso. Isto, a seu ver, apresenta duas vantagens principais: a) a presteza com que se dá sucessor ao chefe de Estado que venha a faltar dentro do seu período de governo; e b) elimina a “comoção eleitoral”, “a única, a verdadeiramente séria crise peculiar às democracias”.

2) Deve ser abolido o cargo de vice-presidente.

3) Na ausência temporária do presidente, o ministério responde pelo governo.

4) O “conselho de ministros” (sic) deve ter um chefe ou presidente, para coordenar-lhe as funções e dar-lhe unidade. Isto - argumenta Assis Brasil - traria “desde logo estes dois resultados benéficos: espírito de plano e harmonia na administração e na política; moderação do poder pessoal do presidente (da República)”. Abrindo aqui um parêntese, não seria o caso de indagar-se, lembrando aliás uma observação de Rui Barbosa, se não haveria o risco de vir esses ministros a eclipsar a autoridade presidencial? Ora, tal coisa, que é normal e lógico no sistema parlamentar, afigura-se-nos contraditória no regime presidencial.

5) Deve ser criado o cargo de subsecretário de Estado, para entregá-lo a um técnico “nutrido da tradição dos negócios” de cada Ministério.

6) Possibilidade de dissolução do Congresso, quando este deixar de votar o orçamento em tempo hábil.

7) Faculdade de os ministros serem tirados das Câmaras, sem perderem o mandato.

8) Comparecimento voluntário, ou por convocação, dos ministros ao Congresso. Estas duas últimas práticas foram consagradas nas Constituições de 1934 e 1946.

*

Indignava-se Assis Brasil com o fato de se tacharem de parlamentaristas os traços do sistema “sui generis” que propugnava. Mas não o são em

verdade? Só o que faltou admitir, expressamente pelo menos, foi a responsabilidade política dos ministros, pois até a dissolução do Parlamento está aí prevista.

É incontestável que foi preocupação constante sua a de configurar um regime de governo em que se controlasse ao máximo o poder pessoal do presidente. Tinha consciência, com efeito, do perigo que existe em depositar-se “toda a confiança nas mãos de um homem só” - o que é meio caminho para a ditadura. É de perguntar-se, portanto: depois da nota de desencanto estampada na segunda edição do livro *Do Governo Presidencial* (“...devido à insuficiência da Constituição, o presidencialismo se transformou em ditadura de um homem ou de um oligarquia”), e se em seguida não se tivesse retirado da política militante, para logo depois falecer tranqüilo em seu retiro de Pedras Altas, não é possível que pudesse ele dispor-se a ser, afinal, um dos construtores do neoparlamentarismo brasileiro?

*

NOTA

As edições das obras políticas de Assis Brasil compulsadas para a elaboração deste trabalho são as seguintes:

1. *A República Federal*. Rio de Janeiro, Typ. de Leuzinger, 1881.
2. *Democracia Representativa: do voto e do modo de voltar*. 3ª edição refundida. Guillard, Aillaud & Cia., Paris/Lisboa, 1895. Inclui os seguintes apêndices: I. “Eleição Presidencial” (exposição comparativa dos sistemas vigorantes em diversas nações); II. “O sistema de dois turnos no Congresso Brasileiro” (Projeto nº 121, de 1894). O A. considerou como 2ª edição dessa obra a que foi lançada na Argentina, em 1894.
3. *A Unidade Nacional*. Carlos Pinto & Cia., Pelotas/Porto Alegre, 1883.
4. *Do Governo Presidencial na República Brasileira*. 2ª edição. Rio de Janeiro, Calvino Filho, 1934. Inclui, em apêndice, o “Manifesto de Aliança Libertadora do R. G. do Sul do País”.
5. *Ditadura, Parlamentarismo, Democracia*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1927. Inclui várias “Notas” e os seguintes apêndices: “Prólogo aos Discursos de Pedro Moacyr”, “Memorandum sobre a Reforma Eleitoral em Minas” e o “Manifesto da Aliança Libertadora”.

CALVINO, ESSE DESCONHECIDO

Manoel PERES SOBRINHO

Para conhecê-lo, ninguém precisa de muito esforço intelectual, hoje no Brasil. Basta, tão-somente, que haja um interesse sincero, um desprendimento ideológico e preconceitual, e, naturalmente, aquela sadia curiosidade que acompanha todos os filhos do Reino.

Obras escritas sobre sua pessoa, temos no Brasil pelo menos três, que devem ser lembradas e que facilmente podem ser encontradas.

A primeira, de Vicente Themudo Lessa, com o título *Calvino, sua vida e sua obra*, editada pela Casa Editora Presbiteriana.¹ Só pelo índice já dá para sentir o cuidado que Lessa teve na elaboração deste trabalho que se tornaria o pioneiro neste assunto. Em nota ao leitor, escreve Lessa: "Muito tem sido escrito sobre o chamado 'Papa de Genebra', sendo não pequeno o número de biografos de feição benigna ou adversa. Em nossa língua, porém, nenhuma obra foi publicada a seu respeito. Forte entre nós é o prejuízo contra o teólogo francês... Como todos os mortais, teve Calvino os seus defeitos, sua personalidade, contudo, destaca-se de maneira relevante. Intelecto vigoroso, escritor correto, teólogo emérito, filósofo austero, mestre esclarecido, exegeta notável, seu caráter adquire aspecto empolgante em muitos respeitos..." A obra toda tem 280 páginas, terminando com o Salmo 115:1 *Non nobis, Domine, nin nobis, sed nomine tuo da gloriam* ("Não a nós, Senhor, não a nós, mas ao teu nome dá glória").

A segunda, de Thea B. van Halsema, cujo título é *Así fue Calvino*, já está traduzida para o português. O livro, diz-nos a autora no prefácio, "foi escrito com o propósito de dar a conhecer a história de sua vida. Trata de apresentar a João Calvino de uma forma real, resumindo o mais possível interessantes detalhes de sua fascinante e inspiradora personalidade". Samuel Vila, prefaciando a edição espanhola, escreve: "O Calvino amado e aborre-

(1) A citação aqui feita pelo autor da obra de Vicente Themudo Lessa refere-se à segunda edição. A edição original data de 1934, impressa na Empresa Gráfica Cruzeiro do Sul, de São Paulo.

cido, alternativamente, pelo povo daquela cidade à qual consagrou sua vida, é um exemplo lecionador para o povo cristão de nossos dias, assim como pauta e consolo para muitos servidores de Deus que todavia se vêem, e se verão, vítimas das veleidades do coração humano”.

A terceira, do Rev. Wilson Castro Ferreira é *Calvino: vida, influência e teologia*, editada por Luz Para o Caminho. No prefácio, escreve o Dr. Waldyr Carvalho Luz: “Pode-se dizer que em Themudo Lessa, o historiador profissional, falam os *fatos*, em van Halsema, a dama romântica, estampa-se a vida, ou melhor, Calvino no cenário de sua vivência; em Castro Ferreira, o espírito prático, focaliza-se o *homem*, a figura de Calvino como pessoa no viver, na influência exercida, nas idéias e princípios esposados e proclamados”.

Para aqueles que querem beber da fonte, da obra máxima de Calvino, *Institutio Religionis Christianae* ou *As Institutas* ou ainda *Tratado da Religião Cristã*, temos algumas traduções.

Em castelhano temos duas publicações. Uma, faz parte das *Obras clássicas de La Reforma*, editada por La Aurora, de Buenos Aires; tradução do latim por Jacinto Terán e uma introdução por B. Foster Stockwell. A obra toda comporta dois volumes. A segunda edição em castelhano é um trabalho da Fundação Editorial de Literatura Reformada, Países Baixos, também em dois volumes.

Já em português, podemos contar com um resumo editado pela PES - Publicações Evangélicas Seleccionadas, São Paulo. Há nesta edição uma interessante introdução por J. I. Packer, onde expende de modo claro e preciso o porquê das *Institutas*: “O propósito definido é capacitar seus leitores a entenderem a Bíblia. Apresenta instrução básica eficiente do ponto de vista bíblico. Procura remover todas as falsas pressuposições racionalistas, antropocêntricas e idólatras que já infectaram, e, na medida desta infecção, cegaram todo homem e toda cultura deste mundo a partir da queda de Adão, colocando em lugar delas o esboço bíblico do verdadeiro conhecimento - tanto de Deus como de nós mesmos... O livro já provou ser, para incontável número de pessoas tudo aquilo que Calvino pensava que era. B. W. Warfield endossou a descrição que Ritschl fez dela como sendo ‘a obra mestra da teologia protestante’, e o veredito fica incontestado. Aquilo que Santo Agostinho ouviu com respeito às Sagradas Escrituras também pode ser dito com segurança a qualquer cristão acerca das *Institutas* - ‘tole, lege’, ‘tome e leia’; prove-o, e então você saberá por si mesmo qual é o valor delas”.

Ainda em português é praticamente recente a tradução dos dois primeiros volumes, de uma obra de quatro, pelo eminente Prof. Dr. Waldyr

Carvalho Luz, edição da Casa Editora Presbiteriana.² Em interessante prefácio o tradutor deixa transparecer sua consternação em referência ao fato de não existir, na época, a obra em português. “Indiscutivelmente, é João Calvino o pensador máximo da Reforma e sua obra, as chamadas *Institutas*, o “magnum opus” não apenas de seus escritos, mas de toda a literatura produzida pelo reformadores. Verdadeira aberração histórica, de um lado, deplorável lacuna teológica, de outro, mais até, pasmosa expressão da incúria ou displicência da liderança eclesiástica, esta obra monumental ainda não existe em português decorridos quatro séculos de existência da fé reformada... É esta tradução revista que, com muitas graças ao Senhor carinhosamente ofereço agora aos estudiosos, no desejo sincero de enriquecer-lhes a vida espiritual e legar à Igreja um tesouro precioso para a obra de doutrinação e aprofundamento teológico”.

De Calvino, além de seu comentário bíblico, temos os *Comentarios a las Epistolas Pastorales de San Pablo*, que são a 1ª e 2ª a Timóteo, a Tito e a Filemon, num só volume, publicado em espanhol pela T. E. L. L., Grand Rapids, Michigan. E ainda a *Epistola a los Romanos e Epistola a los Hebreos* publicadas pela Comissão de Literatura da Igreja Cristã Reformada, Grand Rapids, Michigan.

Para um problema histórico enfrentado por Calvino e qual era o mundo de então, contamos, além das biografias supracitadas, as seguintes obras: H. H. Muirhead com *O Cristianismo através dos séculos*, vol II, onde trata da vida de Calvino, o Calvinismo como sistema religioso, e ainda o Calvinismo na França com os huguenotes, na Escócia, nos Países-Baixos e na Inglaterra. Temos ainda o historiador Kenneth Scott Latourette, com sua monumental *Historia del Cristianismo*. Outro autor facilmente encontrado é Willinston Walker, com sua *História da Igreja Cristã*. Finalmente, embora seja um resumo, Robert Hastings Nichols, com sua *História da Igreja Cristã*.

Sobre sua teologia encontramos em português *Os herdeiros da Reforma*, de Jacques de Senarclens, editado no Brasil pela Aste. Em *Documentos da Igreja Cristã*, de Henry Bettenson (Aste), temos uma apreciação sobre o calvinismo. Bengt Hagglund na sua *História da Teologia*, Editora Concórdia, ao tratar do período moderno desde a Reforma até o presente não deixa de falar sobre o Calvinismo, inclusive sobre o Sínodo de Dort.

Como material de reflexão sobre Calvino e suas idéias temos ainda Ross Fitzgerald que organizou a obra *Pensadores políticos comparados*

(2) Posteriormente completou-se a tradução da obra magna de Calvino, constante, no total, de quatro volumes (N. da R.).

(Editora da Univ. de Brasília), para a qual Vincent di Norci escreveu o capítulo "Calvino e Kropotkin". O primeiro parágrafo deste capítulo mostra-nos onde o autor quer chegar. "João Calvino, diz ele, o reformador protestante, e Kropotkin, o revolucionário anarquista, constituem um estudo em contraste. O homem é o mal e só Deus é o bem, dizia Calvino, e a revolução é adominável. Enquanto que para Kropotkin o homem é o bem, a religião é o mal e a revolução um ideal. Cada um deles criticava os fundamentos da sociedade moderna".

A extinta "Revista Teológica", do Seminário Presbiteriano de Campinas, em seu número de 26 de dezembro de 1960, publicou um excelente artigo de Rubem Alves com o título "As bases do pensamento teológico no ensino de Calvino". Ainda este mesmo periódico, em os nos 33/34 de julho/dezembro de 1964, publica Júlio Andrade Ferreira o artigo "João Calvino... no século XX", uma interessante tentativa de imaginar se Calvino nascesse quatro séculos depois e como se comportaria frente aos desafios modernos.

(De um artigo publicado em "Brasil Presbiteriano", julho 1989).

NOTAS SOBRE A EXPANSÃO URBANA EM CAMPINAS DURANTE O SEGUNDO REINADO

Duílio BATTISTONI FILHO

Até meados do século passado, Campinas apresentava um quadro urbano extremamente pobre, acanhado, semelhante aos tempos coloniais, circunscrito a três ruas: a de Cima (Barão de Jaguará), a do Meio (Dr. Quirino) e a de Baixo (Lusitana).

A pobreza de sua área central, de um lado, e o interesse de latifundiários em aplicar recursos no mundo rural açucareiro, de outro, não favoreciam o aparecimento de construções mais importantes.

Com o surto açucareiro na primeira metade do século XIX, as ruas eram atravancadas por uma intensa movimentação de tropas de burro. A própria Câmara Municipal interessada em diminuir o trânsito de pedestres e animais de montaria, traçara ruas estreitas, apesar da povoação ter sido planejada com maestria por Barreto Leme.

Ao visitar Campinas, em 1819, Saint-Hilaire, botânico francês, notou que as ruas não eram largas¹, sem qualquer sentido de planejamento, especialmente na sua parte central. As casas eram enfileiradas sobre o alinhamento e sobre os limites laterais dos terrenos, formando superfícies contínuas. Obviamente a escala da época era outra e outros eram os costumes, os quais dispensavam maiores amplitudes.

As casas rurais existentes, desde os tempos da fundação (1774), como as posteriores, construídas com o dinheiro do açúcar, apresentavam uma perfeita distinção de funções, principalmente aquelas pertencentes à recepção de hóspedes e os serviços domésticos femininos. A reclusão moura das mulheres foi um hábito português que perdurou em Campinas até o final do Império, principalmente entre aquelas desprovidas de alguma linhagem.

(1) SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem à província de São Paulo e resumos das viagens ao Brasil, província Cisplatina e Missões do Paraguay (tradução, prefácio e notas de Rubens Borba de Morais), São Paulo, Martins, Ed. da universidade de S. Paulo, 1972, p. 131.

Nos alpendres ou nas salas da frente, o dono da casa recebia seus hóspedes, tratava de negócios e assistia à missa celebrada na capela ou oratório, juntamente com sua família e alguns agregados.

O engenho era a sede habitual da família, pois somente com o advento do café é que serão construídos os palacetes na cidade. Todos os acontecimentos giravam em torno do mundo rural, fossem eles, políticos, sociais ou econômicos.

Nesta época não havia condições de desenvolvimento urbano. A arquitetura citadina era pobre, as casas construídas de uma forma bastante rudimentar continuavam ainda de taipá. Os inventários mostram a pobreza destas moradias, despojadas de todo e qualquer conforto, sem quadros e enfeites, somente com um e outro cabide espetado na taipa para amparar a espingarda ou a pendurar um poncho ou chapéu de palha de abas largas. Pouquíssimos móveis e algumas caixas para guardar roupas. Pode-se não acreditar, mas muito proprietário abastado morreu sem ter uma mesa sequer em sua casa.

Notamos a tendência da população em construir suas casas especialmente em lugar mais seco e alto da margem esquerda do córrego Tanquinho, a partir das três ruas principais já citadas, tendo comunicação com os terrenos onde estava sendo construída a Matriz Nova.

O povoado começa a se expandir tomando a direção norte, em torno das ruas Formosa (Conceição), a do Pórtico (Ferreira Penteado) e a rua São José (13 de maio).

Com o desenvolvimento da cultura cafeeira a partir da segunda metade dos oitocentos, a paisagem urbana campineira iria se modificar graças aos transportes fáceis, às estradas boas para o escoamento das safras, antes mesmo da instalação das ferrovias, o fazendeiro de café já começa a construir sua moradia na cidade. E assim Campinas dá os primeiros sinais de um desenvolvimento urbano.

O interesse dos novos barões do café em ter na cidade faustosas residências, atraiu os mestres carapinas, engenheiros práticos capazes de grandes construções, como atestam os numerosos sobradões neoclássicos, alguns ainda existentes.

A taipa, marca registrada da arquitetura campineira, aos poucos deixa de ser usada, quando em 1867, foi instalada a Olaria de Sampaio Peixoto, com máquinas de fazer tijolos de toda natureza, inclusive furados².

(2) LISBOA, José Maria. Almanak de Campinas para 1872. Typographia Gazeta, Campinas, 1873, p. 144.

Em 1875 mereceu a honra da visita do imperador D. Pedro II, o qual permitiu que se colocasse em alto-relevo, o imperial emblema em seus tijolos. O estabelecimento de Sampaio Peixoto exerceu uma influência enorme, pois modificaria as novas construções que iam surgindo na cidade. Com o tijolo, novos programas de habitação, novas fechadas, novas soluções de composição, em que os vazios das janelas passam a predominar sobre os cheios. Casas mais abertas, mais ensolaradas. A residência de Francisco de Paula Bueno, em 1867, foi a primeira residência a empregar o tijolo³.

Com a inauguração do Clube Campineiro de Cultura Artística em 1857, a sociedade campineira se empolga com um alto índice de refinamento, quando os recitais artísticos passam a dominar esta mesma elite. A vida social era tão intensa que chamava a atenção dos visitantes, especialmente do Visconde de Taunay, quando de sua passagem pela cidade, em 1865. Esta mesma sociedade seria beneficiada com a fundação do Colégio Culto à Ciência, em 1874, quando o campineiro pôde desfrutar de um ensino altamente qualificável e modelar em toda a região.

Com a inauguração da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em 1872, a cidade passa por grandes transformações. As comunicações com a capital foram facilitadas; o comércio foi favorecido, especialmente o de construção, com a abertura de casas especializadas com variado estoque de artigos para as mais diversas aplicações.

Com a construção da Estação, Oficinas e Garagens da Companhia Paulista, toda a área pôde se desenvolver. Assim, a rua São José (13 de maio) torna-se uma via de comunicação com o centro da cidade. Nela começam a proliferar casas comerciais, hotéis e depósitos de café, prontos para o embarque imediato. Daí uma grande movimentação de mercadorias e pessoas, concorrendo também para que outras áreas fôssem logo divididas em ruas que receberiam nomes dos principais organizadores da Companhia como, Saldanha Marinho, Visconde de Parnaíba e Senador Saraiva.

Os bairros da Vila Industrial e Guanabara tiveram a sua origem com a instalação das oficinas das Companhias Paulista e Mogiana, respectivamente. Todo o operariado de reparação e consertos, procurava residir em suas imediações. A própria Prefeitura Municipal muito colaborou na formação desses bairros ao proceder o seu arruamento.

Contava a cidade neste momento com seis ruas paralelas, no sentido leste-oeste, sendo que na linha norte-sul, as travessas cortavam aquelas, em número de nove.

(3) MELLO PUPO, Celso Maria de. Campinas, seu berço e juventude. Publicação da Academia Campinense de Letras, nº 20, 1969, p. 190.

Como consequência da expansão urbana, principalmente na década de oitenta do século passado, a cidade passa a possuir áreas funcionais mais ou menos difundidas. O velho centro caracteriza-se como zona comercial, sobretudo de comércio varejista, onde despontam a rua Barão de Jaguará, com suas lojas de tecidos e armarinhos e as ruas Luzitana e Dr. Quirino, com suas casas de secos e molhados, ao mesmo tempo que o comércio atacadista passa a instalar-se principalmente na rua Dr. Costa Aguiar. Fora daí o comércio se desenvolve nos bairros, em determinadas ruas, constituindo-se em pequenos núcleos bem caracterizados.

À medida que os alugueres subiam na zona central, reduto também das famílias tradicionais, a população branca e pobre afasta-se do centro e busca as regiões periféricas. Novos bairros vão ser assim formados como o Bonfim, Ponte Preta e Cambuf, sendo que os dois primeiros vão se industrializar enormemente. Mais para o fim do século, para espanto geral de todos, avenidas vão ser abertas, desafogando o tráfego, com suas ruas largas. São os casos da Barão de Itapura e da Andrade Neves.

Com a crescente urbanização e o grande progresso econômico da região, começam a aparecer as filiais de diversas casas bancárias, muitas delas de importância e confiança inabaláveis. Assim, a primeira casa instalada foi a do Banco Colonial de São Paulo, fundado em 1871, na rua Barão de Jaguará, quando o Município alcança um progresso invejável, amealhado com capitais e lucros advindos do café.

O período de 1872 a 1889 é bastante significativo como indicador do progresso econômico da região. Basta dizer que os bancos proliferam, como o Mercantil de Santos, em 1873, o London and Brazilian Bank, também deste mesmo ano e, em 1883 aparecem os Bancos Comércio e Indústria, União de São Paulo e o de Lavradores. Todos eles têm funções regionais e servem todo o interior de São Paulo, parte de Mato Grosso e o sul de Minas Gerais⁴.

Outro evento muito significativo para a cidade foi a Exposição regional de Produtos Agrícolas e Industriais, em 1885, quando Campinas mostrou a força de seus 579 estabelecimentos comerciais devidamente registrados.

Para o desenvolvimento deste comércio muito contribuiu a força do braço imigrante. Muitos deles, primeiramente, estavam estabelecidos no campo. Todavia, aos poucos começam a abandoná-lo, por ver no trabalho rural muita humilhação, em um país onde ainda predominava o trabalho

(4) BERGÓ, Maria Estela de Abreu. Estudo geográfico da Cidade de Campinas. Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia, vol. III, 1952, p. 691.

servil. O abandono dos cafezais faz com que surja uma nova classe, a dos artesãos, que futuramente engrossaria as fileiras da classe operária.

Os jornais da época comprovam a existência de um grande número de casas comerciais de propriedade ou, pelo menos de nomes franceses, portugueses, alemães e italianos. Dentre eles, chama-nos a atenção, a liderança da Casa Genoud, tradicional estabelecimento fundado pelo francês, Alfred Genoud, em 1876, que congregou o mundo elegante da época durante mais de sessenta anos, pela sua diversidade de departamentos que abrangia desde brinquedos, papelaria, livros, instrumentos musicais, tipografia, perfumaria até a importação de toda sorte de produtos sofisticados como vasos, porcelanas, pentes, vinhos e champanhe. Também neste mesmo ano era inaugurada a Casa Livro Azul com variado estoque de produtos, os mais diversos, de propriedade de Castro Mendes.

Com relação aos transportes urbanos, devemos considerar que a partir do final da década de sessenta, começam a aparecer as primeiras viaturas puxadas por cavalos de influência americana. Quando os sulistas americanos se estabeleceram em Santa Bárbara e Americana nesta ocasião, introduzem o trólei, veículo de quatro rodas e o cabriolé, de duas.

No Almanaque de Campinas para 1872 verificamos anúncios das diligências Casés e Melo que partiam do Hotel do Comércio, na rua Direita, em demanda de Jundiá e cidades vizinhas. Com a inauguração do Correio Postal, em 1867, entre Campinas e São Paulo, toda a correspondência diária era entregue por estes veículos. Os tálburis também se destacavam como transporte de um só passageiro ou para serem alugados.

Nesta mesma ocasião a cidade não dispunha de água encanada e a população abastecia-se em fontes públicas como as do Bairro Alto (Jardim do Pará) ou nos largos do Teatro São Carlos, da Estação, do Rosário e Santa Cruz. Mais tarde estes velhos chafarizes vão ser substituídos com a fundação, em 1887, da Companhia Campineira de Águas e Esgotos.

Em 1875 era inaugurada a iluminação a gás e em 1911, transforma-se na Companhia de Tração, Luz e Força. Em 1879 eram implantados os Carris, apelidados de bondes, movimentados por tração animal e que em 1912 passaram a ser movidos por eletricidade. Os Carris de ferro, porém, não atendiam a todos os pontos da cidade. Primeiramente seus trilhos partiam do largo do Rosário e estendiam-se para a Estação da Paulista, para o Gasômetro e para o Jardim Público⁵.

Infelizmente, Campinas em 1889 sofreria um duro golpe com a epidemia da febre amarela que obrigou muitas famílias a se refugiar para outras cidade, retardando, assim, o seu desenvolvimento econômico, para retomá-lo muito mais tarde, na segunda metade deste século.

(5) AMARAL, Leopoldo. Almanaque de Campinas, para 1900, p. 262.

JOÃO PESSOA E SEUS CORETOS

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

A necessidade de estudar o urbano aliando técnicas tradicionalmente utilizadas para estudos deste tipo, a novas, com o intuito da valorização da cidade, vista não apenas como um simples conjunto de elementos visuais e palpáveis, mas, principalmente como um complexo conjunto de relações que se estabelecem entre os elementos que compõem o seu cotidiano, foi o que motivou o historiador José Octávio em seu livro - *Os Coretos no Cotidiano de uma Cidade: lazer e classes sociais na Capital da Paraíba*. Com farta documentação e riqueza de ilustrações, o A. abre caminho para a nova história urbana, deixando-nos entrever a encantadora Paraíba através de seus coretos, histórica e pitorescamente analisados.

Como nos coloca José Octávio, a instalação dos coretos na capital paraibana data das três primeiras décadas deste século, muito embora, desde o final do século passado, como a cidade se encontrasse em processo de alastramento, a área central tornou-se o ponto de convergência da população, atraída pelos encantos na rua e não mais desejando permanecer fechada no interior das igrejas. Nota-se aí claramente a influência da nascente burguesia urbana, ávida não só de diversões permanentes, como também interessada em obter lucros, através da valorização da área central da cidade.

Tanto na Paraíba como na maior parte das cidades brasileiras, notoriamente as litorâneas, a predileção pelos passeios ao ar livre, o gosto pelos jardins e pela música foram constantes, o que veio a facilitar os anseios dessa classe social emergente.

Ainda é nítida a influência européia no país, e, isto se reflete na própria construção dos coretos, cuja planta é circular ou poligonal, sendo assentados sobre base maciça, com ou sem porão de alvenaria, apoiados em colunas de ferro fundido, sendo suas escadas e peitoris também em ferro fundido.

Os coretos na Paraíba foram pois mantidos, até os anos trinta, pela classe média: a partir de então, quando ela já estará envolvida pelo

consumismo, lançará mão de outros mecanismos de lazer e convivência social para entreter-se. Com isto, advém a exaustão dos coretos e das bandas de música, parceiras inerentes desta diversão popular. Surge, então, como enfatiza o A., uma sociedade massificada, com problemas e valores peculiares, que acabam por decretar o fim dos coretos, uma vez que aquela estrutura social centrada nas praças e jardins públicos para seus momentos de lazer, já não mais encontrava ressonância, até porque com a evolução dos meios de comunicação, com a chegada do rádio e da TV, o coreto não tinha mais espaço, cedendo seu lugar aos clubes, pavilhões de dança, cinemas...

Preocupou-se ainda o A. em resgatar o significado de cada coreto existente na Paraíba, não se limitando apenas em descrevê-los, mas principalmente o seu "em torno", o que sobremaneira enriqueceu o texto, pois, torna claro hábitos e costumes da gente paraibana, vivenciando os domínios do cotidiano e do imaginário social, constatando que as inúmeras alterações paisagísticas pelas quais a cidade passou, nem sempre foram para melhoria da população, pois, conforme constatou o historiador paraibano, nada acrescentaram a estética ou mesmo a qualidade da vida urbana.

E é nesse sentido, sem qualquer saudosismo, que José Octávio conclui seu estudo demonstrando toda uma desarticulação social a partir da década dos anos sessenta, quando os coretos tornaram-se, definitivamente, "quadros na parede", fiéis testemunhos das mutilações sofridas pela capital paraibana!

TIRADENTES EM MINAS NOVAS

Sergio FARACO

Um dos aspectos mais impressionantes da mitologia de Tiradentes é a obstinação com que alguns autores têm recorrido à ficção para ocultar seus procedimentos sem glória. Veja-se o episódio de sua prisão em Minas Novas, que desde o início do século vem sendo descrito com o recurso da imaginação.

Depois de obter a Carta de Emancipação (1767) e antes de entrar para o Regimento de Cavalaria (1775) Joaquim José militou no comércio estrangeiro, conduzindo tropas de mulas pelo interior da capitania. Numa dessas viagens esteve em Minas Novas, antigo arraial do Fanado a 65 léguas de Vila Rica para o norte, e ali envolveu-se em complicações que determinaram sua prisão. Dá esta informação Alberto Rolim, que a 20 de fevereiro de 1790, em Vila Rica, foi interrogado na devassa. A certa altura, refutando a insinuação de que desejava o casamento de sua filha com Tiradentes, ele declara:

(...) que nunca tal pensou nem se falou; nem ele Respondente conviria em tal; pelo conhecimento que tem da conduta, e morigeração do dito Alferes; o qual pelo seu comportamento esteve preso em Minas Novas, de onde veio com pouco, ou nenhum crédito¹.

A notícia é incompleta. Alberto Rolim diz que Joaquim José foi preso, que a causa da prisão foi sua conduta e que, em consequência, retirou-se da vila desacreditado. Não particulariza o comportamento que deu margem à prisão nem a natureza do crédito perdido, e contra a moral do indigitado faz um comentário vago.

O fato em si pouco aproveita à História do Brasil, mas sua versão incerta tem atormentado nossos mitômanos, que desde 1902 intentam com-

(1) Auto de perguntas feitas ao Sargento-Mor Alberto da Silva e Oliveira Rolim. Vila Rica, 20 de fevereiro de 1790. Autos de Devassa da Inconfidência Mineira. Rio de Janeiro, Bibliotheca Nacional, 1936-8. v. 2, p. 461.

pletar o testemunho de Rolim, assentando como causa da prisão um cometimento que, sobre excluir desonras, acrescentaria outra auréola à romântica cabeça: Tiradentes foi preso por ter tomado o partido de um escravo que apanhava.

Vamos aos exemplos, começando por uma obra dos anos setenta, que diz:

A ninguém é lícito negar a influência decisiva que sobre ele e suas inclinações revolucionárias exerceu o incidente ocorrido na Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Minas Novas (...). Num dia de sua estada ali, encontrou um português possuidor de escravos chicoteando barbaramente um infeliz negro. Esse, amarrado e urrando de dor, pedia clemência. Não se conteve Joaquim José. Entrou em luta corporal com o opressor do negro ferido, fez escorrer sangue do malvado e acabou preso por um miliciano, recolhido a infecta prisão e despojado dos haveres que portava consigo. Libertado ao fim de alguns dias passou a votar incontida ojeriza ao nome português e aos desmandos que muitos lusos praticavam nas Minas, por se julgarem senhores da terra e do povo que a habitava².

Numerosos dados oferece o historiador: o negreiro era português, o escravo fora manietado e, urrando, pedia misericórdia. Aparece Joaquim José e lança-se contra o agressor, esmurando-o até causar-lhe certa hemorragia. Alguém avisa a milícia e o tropeiro, injustamente, é conduzido à prisão.

Outro exemplo, extraído de obra menos recente:

Numa dessas viagens foi o então jovem tropeiro até Minas Novas (...). Lá chegando encontrou no rancho um comboio de negros com seu dono, o mercador. Vendo os tratos cruéis que o perverso indivíduo infligia a um dos escravos, sujeitando-o a torturas aplicadas furiosamente pelo desalmado senhor, que ao pobre negro quase agonizante ainda pisava furiosamente, investiu Joaquim José contra ele, derrubando-o e procurando libertar a vítima do facanhudo negreiro. Travou-se luta corporal entre Joaquim José e o comboieiro de negros e, afinal, sendo preso, livrou-se o perverso indivíduo, enquanto Joaquim José ficava detido e processado, perdendo por furtos e por despesas de bem arrançadas custas tabelioas, os demais animais que constituíam seu pequeno lote de burros de carga³.

Esta descrição complementa a anterior: embora agonizante, o escravo era pisoteado pelo português, ou seja, o perverso indivíduo. Chega o

(2) JOSÉ, Oilliam. Tiradentes. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1974. p. 30-1.

(3) LIMA JUNIOR, Augusto de. História da Inconfidência de Minas Gerais, 3ª ed. Belo Horizonte, Itatiaia, 1968. p. 68; primeira edição em 1955.

jovem tropeiro, trava-se a luta e, detidos os contendores, apenas Joaquim José permanece na prisão e é processado, perdendo os bens e “demais animais” por furto ou para satisfação das despesas processuais, calculadas dolosamente pelo escrivão.

Tais relatos, ricos em pormenores, não trazem a indicação da fonte, e esta, seguramente, não é a devassa (depoimento de Alberto Rolim), único papel da época que registra a ocorrência. Para desfazer o impasse retrocedamos aos anos vinte, quando Lúcio José dos Santos deu à estampa seu volumoso estudo sobre a Conjuração Mineira. Diz o mestre:

Consta, além disso, uma prisão de Tiradentes na Vila de Minas Novas. Qual o motivo? Segundo Machado de Castro, deu causa a essa prisão o fato de compadecer-se Tiradentes de um pobre escravo que estava sendo barbaramente castigado. Da discussão calorosa que com o senhor do escravo travou Tiradentes, resultou a prisão⁴.

Em 1945 Aires da Mata Machado Filho confirmaria essa remissão:

Em suas andanças, Tiradentes foi parar em Minas Novas. Ali esteve preso, não se sabe bem por quê. Segundo Machado de Castro, o motivo foi ter protestado contra o bárbaro espancamento de um escravo, com cujo senhor teve calorosa discussão⁵.

Eis como a questão parcialmente se aclara: as narrativas de Oíliam José, Augusto de Lima Junior, Lúcio José dos Santos e Aires da Mata Machado Filho, e outras que por aí circulam, menos ou mais ornamentais - até mesmo na Rússia⁶ -, descrevendo a luta do Jovem Tropeiro com o Perverso Indivíduo, têm sua fonte intermediária e única bem localizada, Eduardo Machado de Castro, que em 1902, para contestar a obra de Joaquim Norberto⁷, publicou uma “narrativa popular” da conjuração. E se vem de Machado de Castro essa garantia, tão subsistente que ilustrou duas gerações de historiadores, o próprio faça uso da palavra.

Diz ele que, em sua monografia, não mediu esforço “a fim de trazer a limpo a verdade”, e prossegue:

(4) SANTOS, Lúcio José dos. *A Inconfidência Mineira/Papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira*, 2ª ed. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1972. p. 135-6 primeira edição em 1927.

(5) MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Arraial do Tijucu/Cidade Diamantina*, 3ª ed. Belo Horizonte, Itatiaia & EDUSP, 1980. p. 95; primeira edição em 1945.

(6) IGNÁTIEV, Oleg. *Tiradentes*. Moscú, Editorial Progreso, 1988. p. 8 et seq.

(7) SILVA, Joaquim Norberto de Sousa e. *História da Conjuração Mineira*, 2ª ed. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1948. 2 v.; primeira edição em 1873

Na vila de Minas Novas foi preso um dia o Tiradentes, afirmam alguns, porque se compadeceu desse pobre escravo que era barbaramente castigado pelo seu senhor. Da discussão calorosa de Tiradentes com o senhor do escravo resultou a prisão de Tiradentes⁸.

Em que documentos, em que testemunhos, onde, como, quando e de quem Machado de Castro recolheu a informação? Afirmam alguns, ele responde. Mas que história é esta em que o pesquisador se abebera no manancial do Dr. Algum e carrega seus sucessores na aventura? Lúcio José dos Santos reconhece que Machado de Castro “não baseou devidamente a tradição” (que tradição?), mas nem por isso deixa de dar guarida ao folhetim, considerando-o “muito plausível”. Já Aires da Mata, conquanto declare desconhecer a causa da prisão - “não se sabe bem por quê” -, julga-se em condições de garantir: “O certo é que tal prisão não lhe foi desonrosa”. A História do Brasil haveria de passar bem melhor sem o ministério do palpite.

Mas a novela de Minas Novas não se acaba com a queda dessas máscaras. Se faltava a prova, foi justamente esse elemento imprescindível que Tarquínio J. B. de Oliveira, anotador da nova edição dos Autos de Devassa, indicou ter encontrado no próprio processo, a menos de 100 páginas do depoimento de Alberto Rolim. A nota do Dr. Tarquínio é categórica:

Em 1775, antes de sentar praça no novo Regimento de Cavalaria Regular, fazia comércio em Minas Novas, pois aí foi preso ao defender um escravo contra maus tratos do dono, segundo depôs Alexandre da Silva, mais tarde escravo-secretário do Pe. José da Silva e Oliveira Rolim⁹.

Páginas adiante, outra nota:

Nos quatro anos que se situam entre fins de 1771 e dezembro de 1775 (...) viveu de viagens comerciais entre o Rio de Janeiro e Minas Novas, onde afinal perde sua tropa como réu de intervenção em “propriedade” alheia, ao defender um escravo dos maus tratos que lhe infligia o senhor, como nos informa Alexandre da Silva¹⁰.

Não mais o velho Machado de Castro, com seus boatos, mas os Autos, na palavra de Alexandre da Silva, e é assim que o arguto anotador, numa penada, supre as lacunas da versão, evidenciando o quem, o quando, o como, o onde. O fim da controvérsia depende de um simples conferência das declarações do escravo, prestadas a 23 de novembro de 1789, mas eis que o

(8) CASTRO, Eduardo Machado de. A Inconfidência Mineira. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, (3/4): 1077, 1902.

(9) Autos de Devassa da Inconfidência mineira, 2ª ed. Brasília, Câmara dos Deputados, 1973-86. v. 9, p. 16. Nota.

(10) *Ibid.*, p. 58. Nota.

pardo Alexandre, por um lapso do Dr. Tarquínio, não foi avisado de que, duzentos anos depois, deveria mudar seu depoimento. E continua proclamando:

*(...) que sendo ele ainda cativo de Manoel Soares Cardoso, residente em Minas Novas, aí conheceu aquele Joaquim José, ainda paisano, o qual vivia de sua agência; e depois que o mesmo daí se retirou, nunca mais ele Respondente o tornou a ver, senão aquela única vez no Rio de Janeiro como declarado tem; e esta é a razão de seu conhecimento*¹¹.

“Deus não pode alterar o passado”, dizia o poeta inglês, “mas os historiadores podem”.

Ultrapassada a questão da prova, cujo aparecimento ainda estamos por comemorar, defrontamo-nos com um argumento muito em voga, presente na obra de Lúcio José dos Santos, que por sua vez repete Machado de Castro quando este observa: “Se aquela prisão fosse desonrosa para Tiradentes, os temíveis homens da devassa tinham-se aproveitado dela para ultrajar o herói mineiro”¹².

De fato, os inquisidores foram minuciosos até o enfado, não se detendo nem mesmo face à desordem do conflito jurisdicional, como era o caso de instruir dois processos para um delito só. Mas essa busca microscópica da verdade, que determinou a abertura de trabalhos paralelos (casos do embuçado de Vila Rica, do suposto envolvimento de potências estrangeiras e outros), aquele rigor fastidioso, mesquinho até, que presidia os interrogatórios e todas as diligências, só se comunicava com fatos direta ou indiretamente vinculados ao corpo de delito. Não recordaremos aqui, dada a sua extensão, a relação de ilícitos penais praticados pelos principais réus em suas atividades particulares ou públicas¹³. No entanto, nenhuma investigação foi procedida nessa direção. Ainda que trazidas aos autos e, portanto, registradas com fé pública, tais incidências não repercutiam na instrução. Numerosos e graves delitos do Padre Rolim, por exemplo, são mencionados pelo seu próprio irmão:

(...) respondeu, que tem ouvido imputarem-se-lhe mortes; contrabando de ouro e diamantes, e furto de uns papéis (...) e finalmente que tinha

(11) Auto de perguntas feitas ao pardo Alexandre, escravo do Padre José da Silva Oliveira. Vila Rica, 23 de novembro de 1789. Autos, 1ª ed. v. 2, p. 337; tb. Autos, 2ª ed. v. 2, p. 371.

(12) CASTRO, op. cit., p. 1077.

(13) v. FARACO, Sergio. Tiradentes: a alguma verdade (ainda que tardia). Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1980. p. 37 et seq.

*intervindo para uma casa de moeda, que se achava estabelecida nos confins desta capitania*¹⁴.

Homicídios, contrabando, furto, falsificação de moeda, o inquisidor contorna essa tropeliás do reverendo e quer saber de *outros* cometimentos delituosos, aqueles de “mais agravante qualidade”, isto é, os crimes políticos. A omissão dos juizes em relação à prisão de Tiradentes denota apenas desinteresse, sinal de que não se tratou de fato político, mas penal ou cível, na área de seus negócios ou de suas relações humanas. E tal fato, por enquanto, continua ignorado.

(14) Autos, 1ª ed. v. 2, p. 456.

ALCEU WAMOSY

Everardo TIBIRIÇA

Quem jamais teve oportunidade de conhecer o Rio Grande do Sul, esse nunca poderá compreender seus poetas. É lá que, no inverno, as névoas se dependuram nas árvores, oscilam no espaço e transformam-se, no chão, em espécimes ilusórias de estalagmites.

O simbolismo aterrisou nos pampas por imposição de afinidade mesológica. Viera de Flandres, com armas e bagagens inconsúteis, no vôo de rendas mortas de Bruges de Rodenbach. E o minuano acelerou o proliferação das estrofes assimétricas.

Alceu Wamosy veio à luz na zona fronteira de Uruguaiana, aos 14 de fevereiro de 1895, nos estertores da Revolução Federalista. Trazia consigo, portanto, o signo da melancolia dos combates fratricidas.

Era de ascendência húngara pelo lado paterno. Seu genitor, entusiasta de Guerra Junqueiro, consultara-o para que permitisse desse o filho, em homenagem, a repetição do nome. O homem de Freixo-de-Espada-à-Cinta, província de Trás-os-Montes, evitou tal registro. Sugeriu, porém, a José Afonso Wamosy, o de Alceu, extraído da mitologia, pois este fora rebento de Perseu, marido de Hipomene ou Hiponone, pai de Anfitrião e avô de Hércules, denominado, em razão disso, Alcides.

Costa que Wamosy, imerso em sonhos, cursou em estado de absoluta distração a escola primária de Uruguaiana. Transferindo-se José Afonso Wamosy para Alegrete, em 1909, coincidia que ali também vivesse, em folgedos igualmente cismarentos, com três ou quatro anos de idade, o menino Mário Quintana, futuro autor de *A Rua dos Cataventos*. Ao beirar decênio e meio, ingressou Alceu Wamosy na imprensa, *A Cidade*, jornal fundado por seu pai. E imprimia, com as próprias mãos emotivas, em 1913, a plaqueta de *Flâmulas*, de conteúdo de apenas dez sonetos. Em 1914, surgia, de idêntica maneira, *Na Terra Virgem*. Nesta fulgurava dedicatória fervorosa a Cruz e Sousa. As produções desses volumezinhos iniciais não negavam as

tatuagens de influências do famoso “Dante Negro”. Os vocábulos aparentavam retinir no campo de beligerância da retórica. Mais tarde, embora ainda continuasse enamorado do som, roupagem de ritmos de que se não desprende poeta algum, passaria a aveludar palavras, soluçar baixinho, irmanando as paisagens sulinas às de Samain para melhor assistir aos filetes de chuva nos rosais, ao crepúsculo e melhor ouvir o vento antecipar os *Noturnos* de Chopin.

Evitaria, na surdina do possível, alardear versos que metalizassem choques de espadas.

Alceu Wamosy não foi criatura que confiasse nos dons naturais, deles aguardasse milagres e deixasse de apelar aos recursos que se originam dos estudos, com a lâmpada em vigília. Percorreu inúmeras centenas de estruturas literárias básicas. Adotava assinar-se por extenso ou abreviado, para marcar a folha onde intervalasse a leitura. Punha no “e”, de Alcêu, com firmeza, o respectivo chapeuzinho do acento circunflexo.

Sua biblioteca era selecionadíssima. Diversos livros que lhe pertenceram vieram às minhas mãos e pude observar o método seguido pelo leitor infatigável. Dois deles muito me impressionaram. Tratava-se do par de tomos do Visconde de Vila-Moura, edição de 1913, intitulados *Doentes da Beleza*. O poeta, que os lera de quase uma assentada, poucas vezes adornara as margens com o “Alcêu Wamosy”, de caligrafia algo feminina. Considerar-se-ia, na análise de si mesmo, um doente da beleza? Que feliz diagnóstico!

Possuía outro exemplar que confirma sua preocupação da beleza, que é o significativo *Ruskin et le Religion de la Beauté*, de Robert de la Sizeranne, livro que todos sabem ter servido a Proust de primeiro ponto de contato com o esteta inglês de *As Sete Lâmpadas da Arquitetura*.

No consultório amigo de Vidal de Oliveira, examinei volume por volume as obras completas de Ibsen, na tradução do Conde de Prozor, os quais tiveram por dono Alceu Wamosy.

Conversei, em Porto Alegre, com vários amigos de Wamosy, e alguns já não existem sobre a terra. Fábio de Barros, Mansueto Bernardi, Athos Damasceno Ferreira, Manoelito de Ornelas, além de outros, mantiveram longos cavacos com o lírico de *Coroa de Sonhos*, sob o teto da revista *A Máscara*. De Souza Júnior, Celestino Prunes e Dionélio Machado foram seus companheiros de pensão na rua da Ponte, hoje Riachuelo, em Porto Alegre. Wamosy, na bela capital gaúcha, durante meses, deliciou-se na mais franca boêmia. Bebeu absinto, frequentou as espeluncas da velha praça do Mercado e, nos passeios noturnos, visitou o agrupamento de cemitérios da Azenha. Esteve em tertúlias, ao ar livre, com Eduardo Guimaraens, Felipe de Oliveira, Homero Prates, Álvaro Moreyra, etc.

A tragédia do desaparecimento de Wamosy ocorreu motivada por simples gratidão. Adversário da realidade, flanava na asa dos entropécetes para fugir ao tédio. Nhô Quim, estancieiro riquíssimo, entendeu custear-lhe o internamento em um dos sanatórios do Uruguai. Curando-se do vício da cocaína, fixou-se em Livramento, adquirindo, nessa cidade, o órgão *Republicano*, de cuja direção não se afastaria enquanto respirou. Rompe o movimento de 1923, reação contra a cronicidade do borgismo no poder. E para não molestar o Coronel Nhô Quim, adepto do Pajé das coxilhas, resolveu pegar em armas. Deram-lhe o posto de alferes e o encargo imune de entregar correspondência. Às tantas, decidiu Wamosy lutar, em Santa Maria Chica, ora na Ponte do Ibirapuitã e em Ponche Verde. E em Ponche Verde, de cujo campo de batalha David Canabarro, em 1845, prevenira, numa proclamação histórica, que “um poder estranho ameaçava a integridade do Império”, assim pacificando os gaúchos em face do sinuoso oferecimento de ajuda de Rosas. Nesse reduto de Ponche Verde recebe Wamosy uma bala no peito. A lesão não justificava o óbito. Mas a sensitiva humana não suportou e faleceu a 13 de setembro de 1923, após a realização, *in extremis*, do matrimônio com Maria Bellaguarda, musa lindíssima.

Floduardo de Araújo, uma das maiores amigadas de Wamosy, contou-me ter morrido o poeta de “Duas Almas” em seus braços, num hospital de sangue de Livramento. Daí em diante, se encontrava Floduardo de Araújo, tocava-lhe nos braços, numa reverência silenciosa e póstuma, e sentia meu nó de garganta

(Vôo sem Asas, pp. 67-67. São Paulo, Editora Nacional, 1987).

ASCURRA DE ONTEM E DE HOJE

Enéas ATHANÁZIO

Quem percorre o sempre verde Vale do Itajaí e passa pela tranqüila cidadezinha de Ascurra está longe de imaginar quão rica e interessante é a história dessa pequena comunidade que cresce à beira do mais catarinense dos nossos rios.

Fundada por um alemão, o Dr. Hermann Bruno Otto Blumenau, seus primeiros povoadores foram tirolezes e italianos católicos e seu nome lembra a localidade paraguaia onde as forças brasileiras, na Guerra do Paraguai, destroçaram as tropas que restavam a Solano Lopez, em 1869. Essa escolha foi uma homenagem de Blumenau, então diretor da Colônia e à qual Ascurra pertencia, aos soldados brasileiros para marcar sua vitória decisiva.

O início dessa colonização de italianos, dirigidos por um alemão e sob um nome paraguaio partiu de autêntico "conto de vigário". As dificuldades econômicas enfrentadas pela Itália, o desemprego nas cidades e a miséria nos campos levavam a fome a rondar as famílias que só pensavam numa solução - emigrar. Contando com tais aliados, os aliciadores de Joaquim Caetano Pinto Júnior, que havia contratado com o Governo Imperial brasileiro a imigração de colonos, por volta de 1874, encontraram condições favoráveis. Começou, então, uma propaganda intensa e mentirosa, mostrando um panorama falso da Colônia e na qual foram usados desde boletins com noticiário exagerado até montagens fotográficas que estampavam algo bem próximo do próprio Paraíso. Além disso, coroando o "conto", sacerdotes católicos "passaram a visitar os agricultores e diziam maravilhas do Novo Mundo." Diante disso, forçados pela necessidade e iludidos pelas promessas, os colonos embarcaram em direção à nova morada, com os corações cheios de esperança e boa-fé. Depois da viagem longa e penosa, desconfortável e perigosa, chegavam ao destino, cuja realidade era chocante. Ao contrário dos benefícios prometidos, só encontravam a natureza bruta e misteriosa, a floresta a ser desbravada, repleta de animais selvagens e de índios cujos ataques os mantinham em permanente sobressalto.

Não podendo voltar, decididos apesar de tudo a vencer na terra inóspita, tratam de se organizar para garantia da sobrevivência. Erguem choupanas, iniciam lavouras de subsistência e, nos momentos de folga, se entregam a uma obra comum: a construção da primeira igreja onde externar sua profunda religiosidade. Ao lado dela vão se esboçando as primeiras manifestações sociais.

Correm os tempos, surgem lideranças, as famílias se entrecruzam pelos casamentos e novos colonos vão chegando. Vencendo toda a sorte de dificuldades, Ascurra chega aos dias de hoje, município dotado de serviços públicos e melhoramentos urbanos, com seus filhos prestando serviços nas mais diversas atividades, na terra natal como em outras tantas cidades.

Todo esse passado de lutas, porém, era desconhecido até bem pouco tempo. Como disse Oswaldo Rodrigues Cabral, o que se sabia a respeito das origens e da vida dessa comunidade “mal daria para compor duas linhas. “Foi necessário que um filho da terra, o Prof. José E. Finardi, se lançasse ao estudo e elaborasse a monografia *Colonização Italiana de Ascurra - 1876/1976* (Edição da Fundação “Casa Dr. Blumenau”) para que as experiências daquela gente sofrida chegassem ao domínio público. Essa obra rica de informações e documentos revela uma pesquisa intensa e criteriosa, resgatando inclusive boa parte da memória destruída pelo incêndio que atingiu o Arquivo Histórico de Blumenau. Graças ao autor e seu exaustivo trabalho, Ascurra recuperou sua história e, ao mesmo tempo, se enriqueceu a do próprio Estado Catarinense. Foi desse livro que extraímos, em largas pinceladas, os fatos aqui narrados.

No alentado ensaio *A Obra de Dom Bosco em Santa Catarina*, onde analisa a atuação salesiana em prol dos imigrantes, o pesquisador Riolando Azzi faz inúmeras citações do livro de Finardi, transcrevendo muitos de seus trechos, invocados sempre para sustentar suas conclusões, num reconhecimento da seriedade e correção da obra do historiador catarinense.

Dentre as inúmeras personalidades que surgem nessa obra, dentre pioneiros, líderes, professores, autoridades, industriais, políticos ou comerciantes, algumas despertam especial curiosidade.

Chama a atenção do leitor a figura quase lendária (e meio bárbara) de Martinho Marcelino de Jesus, o “Martinho Bugreiro”, o mais célebre extermiador de bugres que nossa história registra e cujo nome deveria causar calafrios. Ele aparece posando para uma foto de 1903, ao lado do seu lugar-tenente Belarmino Luciano e mais treze companheiros na implacável caçada aos silvícolas, espécie de “esquadrão da morte” de an-

tanho. Exibem com orgulho os macabros troféus de arcos e flechas, cada um deles representando um índio eliminado da face da terra. Mas justiça se faça: só apelaram os colonos aos “bugreiros” depois de sucessivos e infrutíferos apelos à presidência da Província para que constituisse uma companhia de “batedores de mato”, cuja função era apenas afugentar os gentios e mantê-los à distância. A administração pública, como se vê, era lerda desde aqueles dias. Sobre o célebre bugreiro escrevi longo ensaio, procurando rastrear sua vida e examinar sua personalidade, e que foi publicado na revista “Blumenau em Cadernos” (Tomo XXV, 1984, págs. 263 a 272), sendo inclusive tirada uma separata.

Padre José Maria Jacobs, o primeiro vigário da paróquia de Blumenau, fixou-se na história de Ascurra como amigo e orientador do povo. Escolhido a dedo pelas autoridades religiosas, coube-lhe a tarefa difícil de neutralizar o “quisto religioso” que as doutrinas luteranas poderiam formar na Colônia, afastando-se da religião oficial, a católica. “De gênio severo, caráter altivo, excessivamente áspero no falar, intolerante e sobretudo autoritário, jamais admitia curvar-se a quem quer que fosse, senão à vontade de Deus” - escreve Finardi. Esse temperamento provocou diversos incidentes com o Dr. Blumenau e em três ocasiões foi submetido a processo criminal. Numa delas acabou por ser condenado e o episódio de sua prisão quase provocou uma revolta em Ascurra, com os colonos se armando e se organizando para defendê-lo. Os lances do episódio são narrados de maneira saborosa pelo cronista, ainda que rigorosamente fiéis à verdade histórica.

Merece ainda um destaque o Dr. Giovanni Rossi. Agrônomo, sociólogo e jornalista, depois do insucesso de sua “sociedade nova”, comunista ou anarquista (esses conceitos parece que andavam meio embrulhados na época), em Palmeira, no Paraná, transferiu-se para Santa Catarina e foi contratado pelo Estado para dirigir a Estação Agronômica de Rio dos Cedros. Dali, apesar do temor que suas idéias despertavam na população e que as determinações dos religiosos só faziam crescer, prestou imensos serviços à agricultura, numa “atuação que atingiu as raias da devoção.” Apesar de suas posições antagônicas em face do direito de propriedade e da religião, Rossi e os padres se entendiam.

O Prof. Alvir Riesemberg, saudoso ensafista paranaense, resumiu com precisão o experimento de Rossi no Paraná. Vale a pena transcrever aqui essa curiosidade, complementando este comentário. Ei-la:

“Para completar o registro das fundações coloniais do Vale do Iguaçu, deve ser lembrada a Colônia Cecília, núcleo comunista italiano fundado pelo Dr. Giovanni Rossi, em 1889, sobre trezentos hectares de terra,

nas proximidades da Palmeira. A sua duração foi efêmera, pois dissolveu-se em 1893, sendo a sua população absorvida pelas tropas revolucionárias que então varreram o Paraná. Mais do que um empreendimento colonial, a Colônia Cecília representou uma experiência social tentada à luz das idéias filosóficas que dominavam o pensamento humano no Século XIX.

Ermelino de Leão assim se referiu àquela fundação: “Núcleo de comunistas italianos fundado pelo Conde de Rossi. Praticava o comunismo, adotava o amor livre. Reuniu um grupo de ilustrados anarquistas. A colônia teve o nome de Cecília devido a um romance do Conde de Rossi com esse título em propaganda das idéias anarquistas e comunistas. O Conde desejou dar corpo ao seu sonho nesse infeliz ensaio sociológico. Visitamos esse núcleo em companhia do devotado republicano Manoel Correia de Freitas. Compartilhamos da alimentação comum, conversamos longamente com o Conde e com vários colonos que dispunham de instrução sólida.

“A colônia tinha acolhido em seu seio um conhecido gatuno, esperando os idealistas convertê-lo à vista do desprendimento que todos mantinham em relação aos interesses pecuniários privados. A caixa da colônia era colocada sobre uma porta e dela se utilizavam os colonos para compra dos utensílios e gêneros necessários. Um belo dia o gatuno que parecia regenerado bateu as asas levando os fundos da comunhão.

“O sistema do amor livre produziu uma crise: faltavam mulheres. Para preencher essa lacuna foi mister contratar uma hetaira, que pensavam converteriam aos seus ideais. Por sua vez essa mulher os abandona. A comuna decretou então a maioria de uma menina filha de um dos colonos comunistas para praticar o amor livre. O instinto paternal superou o sonho anarquista e o colono com a família deixou o núcleo para preservar a filha do regime que com tanto ardor defendia. Com a revolução federalista a colônia dissolveu-se, incorporando-se os anarquistas às tropas revolucionárias. A Colônia Cecília ocupava uma área de trezentos hectares cultivados em comum. Era um núcleo de italianos inteligentes e idealistas; o Conde Rossi era insinuante e bom propagandista” (*A Instalação Humana no Vale do Iguaçu*, Edição do Autor, Curitiba, 1973, págs. 109/111).

A experiência encontrou eco na literatura, inspirando uma célebre crônica de François Coppée e uma novela do escritor paulista Affonso Schmidt, uma monografia, tese de mestrado, de Beatriz Pellizzetti, filha de Ermembergo Pellizzetti, que foi auxiliar de Rossi, por mais de oito anos, e um ensaio do historiador paranaense Newton Stadler de Souza. Renata Pallottini teatralizou o tema e a Rede Bandeirantes de Televisão o adaptou para uma mini-série televisiva.

O PAPEL DO MARQUÊS DO PARANÁ

José Sebastião WITTER

"Il n'y a pas le Passé que engendre l'historien.

Il y a l'historien qui fait naître l'Histoire"

Charles Morazé

Aldo Janotti, historiador e professor de história da Universidade de São Paulo, atualmente empenhado na busca do passado em que viveu o Marquês do Paraná, nos entrega, através da Edusp/Itatiaia, o início dessa sua investigação.

O livro *O Marquês do Paraná* retrata basicamente o papel do político desde o momento em que ocupa a Câmara dos Deputados até a hora em que vive os percalços com a Guerra dos Farrapos. Acompanha a trajetória de Honório Hermeto Carneiro Leão desde seu nascimento em Jacuí (1801) até sua participação no período regencial. É, evidentemente, a primeira parte de uma biografia que chega a 1856, quando já fora o grande nome da Conciliação. Sobre a Conciliação deverá, espero, aparecer novo volume, porque as conclusões do autor são o prenúncio da continuidade do trabalho, sob todos os pontos de vista bastante estimulante e provocativo.

Aldo Janotti escolhe bem o momento em que aprofunda sua análise: o período regencial - uma conjuntura revolucionária. Dentro dela, a mescla do "nacionalismo, do liberalismo, do nativismo e do constitucionalismo", como salienta o autor (pág. 15). E é com propriedade que reafirma: "...Os homens responderam ao momento. Radicalizavam-se nas suas posições políticas, pois somente nelas era possível fazê-lo. Na estrutura econômica de base rural e escravista, ainda não se apresentavam as fissuras que possibilitassem as reformas profundas. Protagonistas da 'revolução', só a realizariam nos debates parlamentares, nos ataques aos portugueses, na pregação constitucional. O pensamento extremado existia consubstanciado na visão republi-

cana. Mas impotente, pois não representava socialmente um grupo significativo, cedendo assim lugar à representação das prerrogativas do poder local” (pág. 15)

E toda a análise do autor vai centrar-se no estudo da conjuntura crítica vivida pelo Brasil, que tentava consolidar sua independência e construir a nacionalidade.

Entre restaurar, que era o perigo, e soltar-se definitivamente das amarras portuguesas estava a grande questão. As opiniões divergentes surgiam, criando partidos, no fundo conservadores.

Mas o Marquês vai viver o seu momento justamente baseado na sua grande habilidade política de conciliador, que o levaria a construir o “grande” acordo nacional que Justiniano José da Rocha não deixaria escapar de seu ângulo crítico e o chamaria de “transação”. O autor certamente nos levará até o período da Conciliação e mostrará, no seu conjunto, o homem cidadão e o hábil político que foi Paraná.

Mostrou-nos, já com este volume, como o menino de Jacupá acabou na Câmara dos Deputados, numa trajetória que atingiu o apogeu quando Paraná liderou a política regencial. Não sei se o autor anda na trilha certa ao considerar, nesse momento da vida de Honório Hermeto, o seu apogeu. Acho que ele o atingiu, isto sim, mais tarde, quando o projeto Monarquista começava a ganhar solidez e Paraná conseguia, com habilidade, conciliar os “liberais” e “Conservadores” num mesmo governo, no qual era primeiro ministro. É algo que valerá discutir sem perder o ângulo de Janotti, que teve a capacidade de reencontrar a vida social, econômica e política do período acompanhando a figura do homem-marquês.

A obra tem muito de biográfica e não poderia ser diferente. E isto é um dos méritos de Aldo Janotti, pois ao biografar Honório Hermeto revaloriza o gênero e nos indica que a ele devemos retornar, pois estamos precisando trazer para a discussão a figura de homens que fizeram nossa História e que vão sendo esquecidos, porque deles não se fala. As biografias são importantes para melhor entender o País. E quando falo em biografias não penso nas laudatórias e sim nos estudos críticos como este que agora nos apresenta Aldo Janotti. Resultado de pesquisa paciente e de valor intelectual refinado, não fica nos devendo estilo, sempre presente nos escritos do professor.

(De Cultura, supl. de “Estado de S. Paulo”,
15-12-1990)

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

Caldeira, José de Ribamar C. - A ANL no Maranhão: abril/junho de 1935. São Luís, Universidade Federal do Maranhão, 1990. 84p. (Série Memória - Sociologia, 1).

Resultou este trabalho, segundo declaração do próprio autor, do "aprofundamento da análise de tema explorado apenas ligeiramente" em sua dissertação de mestrado em Ciência Política, apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Univ. Estadual de Campinas (Unicamp), em 1982. E ao revê-lo para a presente publicação, fê-lo por pressupor que "constitui episódio do interesse de estudantes e pesquisadores na moderna história política maranhense". E se bem o pressupôs, melhor o realizou, trazendo uma excelente e honesta contribuição ao tema que se propôs estudar, qual seja o movimento político "formado por uma frente liderada por comunistas, da qual participaram setores da burguesia, pequena burguesia, classes médias, proletariado urbano, militares e partidos de esquerda e ocorrido no Brasil em 1935, em decorrência da conjuntura de grande instabilidade econômica e política no país". Assunto, por isto mesmo, nem sempre apreciado com a necessária isenção de ânimo e, conseqüentemente deturpado, deformado ou apenas mal-interpretado. Precedeu seu estudo local de uma apreciação crítica sobre as fontes existentes para o conhecimento da ANL, as quais, dada a própria natureza do movimento e por motivos óbvios, não podem ser muitas. Mas, as que existem foram bem apreciadas. O cerne do trabalho está nos capítulos referentes à "questão regional" e depois ao Maranhão propriamente. Sua conclusão merece transcrita: "No caso maranhense, a ANL constituiu o prosseguimento dos movimentos coordenados pelo PCB na região e que conseguiu arregimentar razoável número de adeptos das classes médias de São Luís. Nesse sentido, apresentou-se como movimento que atuou somente no maior e mais importante centro urbano do Maranhão. E ainda: de certo modo, a militância dos indivíduos no movimento aliancista regional significou a cessão de seu apoio às propostas da ANL, que continha

indicações com as quais se identificaram ideologicamente. Por outra via, constituiu também o movimento aliancista mais uma oportunidade que encontravam para participar da vida política regional e nacional sem a interferência dos velhos grupos políticos maranhenses, cujos objetivos principais gravitavam em torno da conquista e controle do aparelho estatal, sem a proposição de introdução de mudanças na sociedade." ONM. (Cortesia do autor)

Cunha, Fernando Whitaker da - A Constituição de 1988 e a evolução constitucional do Brasil. Rio de Janeiro, Edições Tagore/Academia Brasileira de Letras Jurídicas, 1989. 118p

Excelente subsídio à história constitucional do Brasil, analisando a atual Constituição, mas restreando a vida institucional do País desde a Constituição Imperial de 1824 (a de mais longa duração em nossa história), cuidando sobretudo de suas diretrizes políticas. Bastante ponderadas as críticas à Constituição de 1988, que praticamente em nada se valeu das experiências de tantas outras constituições, pois reincidiu nos mesmos erros e agravando a muitos outros. "Desde o princípio verificou-se a impossibilidade de produzir-se um discurso constitucional enxuto, preciso, incisivo, que contrariaria, diga-se de passagem, nosso caráter nacional prolixo, caudaloso, retórico e sem objetividade, preferindo-se uma Lei Suprema excessivamente analítica (que detalhou inutilmente as teses partidárias), uma vez que incontáveis dispositivos, discutindo-se seu número exato, ficaram dependendo de leis complementares e ordinárias, fazendo com que a Constituição, em grande parte, não tenha imediata aplicação". (p. 13) A parte intitulada "Diretrizes Políticas das Constituições Brasileiras" (mais da metade do volume) foi dedicada à memória de Pontes de Miranda e trata de: a carta de 1824 e o Ato Adicional; a Constituição de 1891; a Reforma de 1926; a Constituição de 1934; a Carta de 1937; a Constituição de 1946; a Emenda Parlamentarista; a Constituição de 1967; a Emenda nº 1, de 1969. ONM (Cortesia do autor).

Graciotti, Mário - O outro caminho da libertação: conversa imaginária com o Frei Leonardo Boff. São Paulo, Ibrasa, 1990. 140 p

O "Impulso inicial" que levou o autor a relacionar algumas de suas "inúmeras iniciativas assistenciais e culturais, para demonstrar que todos

nós podemos contribuir para legitimar os fundamentos de um mundo melhor, tão necessário e tão esperado", constitui praticamente a razão-de-ser deste livro, que Mário Graciotti simula como uma "conversa imaginária" com o conhecido sacerdote católico Frei Leonardo Boff, tudo afim de demonstrar que "para servir não é preciso ser teólogo, sacerdote ou pertencer a alguma igreja ou partido político". E a comprovação disto está na própria vida e obra do autor, a quem São Paulo e o Brasil devem algumas iniciativas marcantes nos domínios da assistência social e da divulgação cultural. Nesta, através da revista *Inteligência*, que criou e dirigiu por muitos anos, e do "Clube do Livro", que distribuiu livros a mancheias por toda a parte, num empreendimento editorial pode-se dizer sem igual no Brasil. Naquela, como médico e instituidor em São Paulo de numerosas obras (centros de saúde e hospitais) sugeridos pelos autor ao governo do Estado e de cuja incumbência e realização foi Graciotti o fator principal. E ainda muitas outras iniciativas, algumas perdidas no anonimato, mas que significaram muito em seu tempo (programas culturais de televisão, difusão de bibliotecas escolares, prêmios de estímulo à cultura, etc), ou então realizações que ficaram, como a Ordem dos Velhos Jornalistas e a Academia Paulista de Jornalismo, às quais o autor desta nota orgulha-se de pertencer. E ainda o histórico da elaboração de alguns de seus livros, em cujo processo muito se tem a aprender, com a vontade de "servir" que Graciotti sempre demonstrou - e transmitiu a outros - ao longo de sua carreira de intelectual e homem público. ONM (Cortesia do autor).

ISAU, Manoel - Liceu Coração de Jesus: cem anos de atividades de uma escola numa cidade dinâmica e em transformação. São Paulo, Editora Salesiana Dom Bosco, 1988. 396p

É por todos sobremaneira reconhecida a importância da obra salesiana nos domínios da educação. Seus grandes colégios, espalhados por todo o país, aí estão a atestá-la. Um dos mais importantes desses educandários é o "Liceu Coração de Jesus", da capital paulista, fundado em 1885, por iniciativa do bispo Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho. O objetivo do autor neste importante documentário, foi, como ele próprio o confessa, "apresentar o projeto salesiano de educação realizado no tempo e no espaço, isto é, no Brasil, no Estado de São Paulo e, especialmente, na cidade de São Paulo, sofrendo, *pari passu*, as vicissitudes das grandes transformações que se operavam com rapidez e até com certa violência na sociedade paulista e na grande metrópole paulopolitana". O grande edu-

condário dos Campos Elíseos continua, cem anos depois, a imensa obra que se propôs realizar quando de sua fundação. Sua história confunde-se com a do bairro onde se localiza e com a da própria cidade de São Paulo. Bairro outrora de alto nível, mas que sofreu, nos últimos anos, lamentável processo de deterioração. Nível tão alto, que chegou a ser, por mais de meio século, a residência dos chefes do governo paulista, ao mesmo tempo que sediou algumas das mais ricas mansões da era áurea do café. Este o grande mérito do livro: inserir o colégio no contexto da cidade. ONM (Cortesia do autor).

KEITH, Henry Hunt - Os soldados salvadores: as revoltas militares brasileiras de 1922 e 1924, em perspectiva histórica. Trad. Antônio Patriota. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1989. 292p (Publicação nº 581; Col. "General Benficio", v. 270).

Em diversas ocasiões tivemos oportunidade de ressaltar o caráter salvecionista dos movimentos e campanhas políticas no Brasil, no período republicano. O historiador norte-americano, autor do presente volume, em boa hora editado entre nós, refere-se à mesma característica, porém no elemento militar, em todas as suas manifestações não apenas de 1922 e 1924 como o título dá a entender, mas desde o advento do Brasil como nação. Sentimo-nos gratificados ao verificar que a preocupação que demonstramos em vários escritos não se limitava, pois, ao poder civil. Desta maneira, o presente volume traz inestimável contribuição ao conhecimento de certos aspectos da história brasileira, não diríamos ignorados, mas pouco mencionados pelos nossos historiadores. Apresentando-o observam os editores que o livro "um acurado estudo acerca do recurso às forças armadas visando à salvação nacional, proporcionando subsídios valiosos para os que procuram enriquecer seus conhecimentos históricos". ONM.

Maia, Thereza Regina de Camargo - O passado ao vivo. Ilustr. de Tom Maia. São Paulo, Fundamento para o Desenvolvimento da Educação, 1988. 76p.

O ilustre e talentoso casal de Guaratinguetá, ao qual já muito deve a história da arte no Brasil, neste pequeno volume mostra inserção de sete cidades na crônica social e política (e também artística) da parte paulista do Vale do Paraíba: Silveiras, Cruzeiro, Lavrinhas, Queluz, Areias, São José do Bar-

reiro e Bananal. "Aconteceu no século XVII. Jacques Felix deu início à vila de Taubaté, primogênita da civilização que iria se desenvolver entre a Mantiqueira e os contrafortes da Serra do Mar. O mesmo século viria nascer as vilas de Guaratinguetá e de Jacareí, os povoados de Pindamonhangaba e de Tremembé e os aldeamentos indígenas de Nossa Senhora da Escada e de Nossa Senhora do Desterro, hoje São José dos Campos. Bandeirantes, índios, ouro, tropas de muares, comércio de beira de estrada, coragem, heroísmo, lendas e estórias dinamizaram os primeiros tempos desses núcleos que marcaram e povoaram os caminhos do Vale do Paraíba e as terras das Minas Gerais. O século XVIII assistiu ao desenvolvimento dos núcleos primitivos e viu nascerem três novas vilas e mais sete novos povoados. A região, que tinha sua economia voltado ao abastecimento das minas ao norte da Mantiqueira, sentiu, ao final desse século, a decadência desse comércio em face do esgotamento das minas. Por essa época, surgiram no vale do Paraíba os primeiros pés de café, inicialmente como arbustos medicinais ou meramente decorativos, passando logo em seguida a fonte de maior riqueza e esplendor da região". O presente volume aparece-nos como manifestação primeira dos resultados de um projeto mais amplo, estimulado pela Secretaria de Cultura do Estado visando ao resgate da memória de áreas históricas de grande significação na terra paulista. Ele nos transmite, de forma breve, mas expressiva, os aspectos mais belos desta região do fundo do vale. ONM (Cortesia do Museu Frei Galvão, de Guaratinguetá).

Peixoto, Silveira - A tormenta que Prudente de Moraes venceu! Segunda edição (fac-similar). São Paulo, Imesp, 1990. 388p

O que se teria a dizer deste livro de Silveira Peixoto já o foi - e devidamente -, por ocasião de seu aparecimento há meio século. Comemorava-se, na ocasião, o centenário de Prudente de Moraes e o trabalho do eminente jornalista veio tirar do esquecimento o grande ituano e sua participação no início do período republicano, como presidente da Constituinte de 1890/91 e, pouco depois, o primeiro presidente civil do País. O que é seu livro, o próprio autor o diz, logo na primeira frase: "Um romance da fase tormentosa que Prudente de Moraes viveu e que abrange o ocaso do Império e o alvorecer da República". Muito de propósito, explica, não quis fazer obra de análise ("A arte, quando pretende provar, já não é mais arte"). Prefere narrar: expor, corpo e alma e dentro de sua época, a "figura impressionante" de seu biografado. E justifica: ao dar um sabor de romance aos episódios, conservou-se, porém, fiel à verdade: "Tudo o que se acha

relatado nestas páginas resultou de um trabalho de pesquisa, demorado, cuidadoso e encontra seu fundamento na realidade dos fatos". Meio século depois, seu livro não perdeu a oportunidade nem o interesse e, tanto quanto saiba, nada apareceu neste longo lapso de tempo sobre o grande presidente. A grande quantidade de textos transcritos, quase sempre na íntegra (cartas, discursos, proclamações, artigos de jornais da época, etc), dá, de fato, um embasamento documental ao livro, no qual um pesquisador moderno apenas estranharia a ausência de citação das fontes. Mas, isto não estava nas preocupações e nem no espírito do autor. Apenas, contraria bastante o epíteto de "romance" que ele próprio deu ao seu livro... Ao apresentar esta nova edição, lembrou Silveira Peixoto que seu livro, na época em que foi publicado - plena vigência da ditadura de Vargas -, valeu por "um livro de luta", porque contrapôs Prudente de Moraes ao ditador de então. Aliás, não só ao instituidor do "Estado Novo" seu livro poderia ser contraposto. Ele se contrapõe a todos os outros que, após Vargas, aviltaram o poder, de maneira até mais acintosa que o ditador gaúcho, porque fizeram-no sob a aparência da legalidade e da democracia. "O temporal...". Meio século depois, *A tormenta que Prudente de Moraes venceu* vem a calhar, pois neste ano transcorre o sesquicentenário do grande presidente. Grande, mas esquecido. Acertou Sólon Borges dos Reis, na carta que dirigiu ao Governador do Estado pleiteando o apoio oficial para a reedição do livro: "Há uma indisfarçável conspiração de silêncio procurando confinar no ostracismo a memória dos grandes estadistas que, aqui e na direção do País, deram o melhor de sua maneira de ser, sentir, pensar e agir, ao desenvolvimento integral da Nação brasileira". E o governador de então, Orestes Quércia, sensível ao apelo, autorizou a reedição da obra pela Imprensa Oficial do Estado. ONM (Cortesia do autor).

Silva, Alberto Martins da - João Severiano. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1989. 192p (Publicação nº 580; Col. "General Benício", vol. 269).

"A História Militar brasileira se destaca pela riqueza de personalidades admiráveis que dela participaram e que nela deixaram, sem dúvida alguma, verdadeiros exemplos de patriotismo, responsabilidade e abnegação. Nesta obra é revivida a figura do Gen Med João Severiano da Fonseca, misto de médico, militar, escritor e historiador que transcendeu em exemplos de dedicação e heroísmo as páginas da história militar de nossa Pátria. Este ilustre militar atingiu o generalato percorrendo os caminhos afano-

sos e extensos da hierarquia militar, sublimado pelos exemplos de renúncia, devotamento, austeridade, dignidade de atitudes e elevado espírito profissional e solidariedade humana, fazendo-se perpetuar de maneira consagrada, por justiça, em modelo de civismo e símbolo excelso do Serviço de Saúde do Exército Brasileiro. A significativa participação deste magnânimo vulto no cenário nacional é relatada, nesta obra, com raro brilho e envolvente seqüência, pelo autor, conduzindo assim o leitor à fiel percepção dos fatos e feitos que assinalaram a presença marcante deste personagem heróico" (Da apresentação da Editora). Acrescentemos, apenas, os títulos dos quatro capítulos que constituem o livro: 1. Das Alagoas para a Corte; 2. A caserna e da guerra; 3. Entre musas e males; 4. Envolvimento político. E mais: a "fé-de-ofício" do biografado e extensa bibliografia.

*

PERIÓDICOS

Estudos Avançados, vol. 4 nº 8, jan/abr 1990. publ. do Instituto de Estudos Avançados da Univ. de São Paulo. *Conteúdo*: Radicalismos (Antônio Cândido); Cultura brasileira ou cultura republicana? (Carlos Guilherme Mota); A identidade nacional brasileira (Michel Debrun); A vanguarda enraizada: o marxismo vivo de Mariátegui (Alfredo Bosi); Theorizing underdevelopment: Latin America and Romania (Joseph Love); Parlamentarismo x presidencialismo no mundo moderno: revisão de um debate atual (Alfred Stepan); A Universidade e a pesquisa histórica (Fernando A. Novais); O "Esquecimento de nomes próprios", na psicopatologia da vida cotidiana de Sigmund Freud (Di Giorgi); Impactos ecológicos das represas hidrelétricas na bacia amazônica brasileira (Wolfgang Junk e Nunes de Melo).

Arrecifes, ano 3, nº 2. Revista do Conselho Municipal de Cultura do Recife, s/d. *Conteúdo*: Com Nassau, o predomínio sobre Olinda (J. A. Gonsalves de Mello); A forma e a estrutura de uma cidade (Antônio Baltar); Uma cidade convertida em arquivo vivo (Nelson Saldanha); Do abrigo remansoso nasce o porto (Napoleão Barroso Braga); Uma iconografia da cidade antiga (Leonardo Dantas Silva); Vassourinhas foi "compositado" em 1909 (Evanildo Rabelo); O Recife e as construções religiosas (José Luiz Mota Me-

nezes); O povo contra a oligarquia: a Guerra dos Cabanos (Manuel Correia de Andrade); Recife: a ficção dos 450 anos (Ruy dos Santos Pereira).

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, nº 30, 1989. Número todo consagrado a Tobias Barreto, pela passagem de seu sesquicentário: Tobias Barreto: formação humanística em Sergipe (Paulo Mercadante); Aspectos da vida literária de Tobias Barreto (Antônio Garcia Filho); Tobias Barreto e a renovação do pensamento brasileiro (Maria Thetis Nunes); "Voltar a Tobias é progredir" (Junot Silveira); Tobias Barreto: notas para um reexame de sua maneira e de seu papel como intelectual (Nelson Saldanha); Tobias Barreto como teórico da organização da sociedade (Luiz Antônio Barreto); Tobias Barreto, ideólogo da burguesia? (Ariosvaldo Figueiredo); Ernesto Haeckel e a fama de Tobias Barreto (Jackson da Silva Lima); Tobias Barreto: Monismo e Dualismo (José Silvério Leite Fontes); O germanismo patrioticamente brasileiro de Tobias (Vamireh Chacon); Tobias e o romantismo penal (Virgílio Campos); O projeto cultural reformador da Escola do Recife (Antônio Paim); Fausto Cardoso, um tobiático na política (Terezinha Oliva); Tobias Barreto: notas (Francisco Rollemberg)

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Volumes 358 a 361. 1988.

Conteúdo: Vol. 358. A emancipação de escravos (Francisco Luiz Teixeira Vinhosa); Escravos e Beneditinos (Dom Matheus Rocha); O "tráfico de escravatura branca" para Pernambuco no ocaso do tráfico de escravos (Marcus J. M. de Carvalho); A Sinagoga do Recife holandês (J. A. Gonçalves de Melo); Os tarairiús, extintos tapuias do Nordeste (Olavo de Medeiros Filho); Reavaliando Villa Lobos no seu centenário (Vasco Mariz); O primeiro livro impresso em Portugal (Egon Wolff); Rodolfo Garcia e Basílio de Magalhães na historiografia brasileira (Mário Barata); Recordando Viana Moog (Dante de Laytano). *Vol. 359:* As relações internacionais da América Latina nos séculos XIX e XX (Arthur Reis); Conselheiro Cata Preta (Lourival Pinheiro); As relações brasileiras de um investigador português (Fernando Castelo Branco); Bolívar e o Brasil (Vamireh Chacon); A História na poesia popular: o negro na literatura de cordel (Umberto Peregrino); A obra literária como documento histórico (Vicente Tapajós); Eugênio Vilhena de Moraes (Mons. Guilherme Schubert, Francisco Ruas Santos e Tarcísio Padilha); José Honório, historiador (Afrânio Coutinho); A Igreja e a Abolição (Dom Eugênio de Araújo Sales); Anchieta educador (A. Jacobina Lacombe). *Vol. 360:* Uma leitura do "Manifesto" de Cipriano

Barata (Luiz H. Dias Tavares); Miguel Maria Lisboa (Harry Bernstein); A Universidade de Bolonha e a cultura medieval (Sílvio Meira); Um estudo da Perestroika e impressões de uma viagem à Rússia (Elber de Melo Henriques); O Velho Testamento e a escravatura (Egon Wolff); O bicentenário da Inconfidência Mineira (Herculano Gomes Mathias); Tarquínio, o paulista admirável (Autran Dourado); Dom Pedro II, admirador de Wagner (Vasco Mariz); O Etíope resgatado (Lucinda Coelho). *Vol. 361*: O mundo dos economistas no Brasil nos últimos 40 anos (Oliver Onódy); Revisão na História do Brasil (Waldemar de Almeida Barbosa); A Igreja e a Escravidão (Con. Vidigal de Carvalho); O Rio de Janeiro e a união ibérica (Nilo Garcia); História e geografia do Pão de Açúcar (Cristóvão Leite de Castro); Dois educadores paulistas (Raul de Andrada e Silva); O plebiscito e a República (A. H. Cunha Bueno).

UM POUCO DE MÚSICA

150 ANOS DE UM COMPOSITOR

Embora nascido na Itália e dentro da tradição católica, foi, contudo, nos países protestantes que mais se desenvolveu a forma musical conhecida por "oratório" (ou "oratoria", como os portugueses preferem dizer), que atingiu sua culminância na obra deixada por Jorge Frederico Haendel. E entre os países protestantes, a Inglaterra a todos excedeu no interesse por essa grandiosa forma. Não foi sem propósito que Haendel decidiu-se a afixar-se e a apresentar suas maiores obras. E o interesse dos ingleses pelo gênero continuou até nossos dias. Raro o compositor da Inglaterra que não tenha composto obras dessa natureza: Elgar, Delius, Vaughan-Williams, Britten... E nos "festivais de música", tão freqüentes entre os ingleses, a apresentação de oratórios, antigos ou modernos, constitui ponto alto dessas realizações que assinalam com enorme regularidade o calendário artístico do país.

Compositor extremamente significativo e de larga difusão na Inglaterra, mas praticamente desconhecido em outros países, foi John Stainer (1840-1901), cujo sesquicentenário de nascimento ocorreu a 6 de junho do ano passado. Muito conhecido como organista e compositor de hinos religiosos, autor inclusive de uma manual para a aprendizagem do órgão, foi, aliás, dessa profissão que tirou sua subsistência, exercendo-a em diversas cidades da Inglaterra. Em muitas igrejas protestantes, inclusive do Brasil, cantam-se hinos de sua autoria.

Todavia, o ponto alto de sua produção foram os dois oratórios, "Gedeão" e "The Crucifixion", compostos em 1885 e 1887, respectivamente. O primeiro, inspirado na conhecida passagem do "Livro dos Juizes", do Antigo Testamento, que nos revela uma das grandes figuras da Velha Dispensação; o segundo, como o título o diz, inspirado na morte de Cristo. "A Crucificação" mereceu sempre especial predileção por parte dos ingleses. É

pena que, como já se disse, a obra de Stainer seja tão pouco conhecida fora da Inglaterra, pois ela nos revelaria uma das obras mais belas da forma oratoriana. Alguns dos seus trechos têm sido adaptados a hinos em igrejas protestantes, especialmente o coro final, inspirado no verso 16 do terceiro capítulo do Evangelho de São João: "De tal maneira amou Deus o mundo que deu filho unigênito para que todo o que nele crer não pereça, mas tenha a vida eterna".

Stainer não tem sido favorecido pelo disco. De sua obra-prima só conheço uma gravação, das primeiras aparecidas logo que se inventou o disco de longo-duração, deficientíssima do ponto-de-vista técnico, mas insuperável do ponto-de-vista interpretativo. Tenho quase certeza que esta pequena nota seja a única lembrança, no Brasil, do grande compositor nos seus 150 anos. O. N. M. (Publicado originalmente no "Correio Popular", de Campinas, a 6 de junho de 1990).

MEMÓRIA CAMPINEIRA (41)

DOIS ARREBATAMENTOS

Meu relacionamento com o Centro (de Ciências, letras e Artes) começou na mesma data em que conheci Campinas. Foram dois arrebatamentos ao mesmo dia. O primeiro, a cidade. Vista do trem que me trazia era como uma ilha. O casario branqueava a paisagem, envolvido pelo mar ondulante dos cafezais, que, alastrando por colinas e colinas, lhe chegavam como onda mansa a beijar as pontas das ruas.

Era manhã. Sob um céu escampo de puro azul porcelana, crescia ela para o meu encantamento. Opulenta vegetação, encopando os pomares das casas, desde as ruas mais centrais, e espaçando a policromia dos jardins, salientava a condição de cidade-paisagem, que, ao nome tirado do altar, São Carlos, preferiu ser Campinas, numa evocação perene à sua própria pa-norâmica.

Uma de suas praças... que emoção me causou! Vinte palmeiras, vinte árvores litúrgicas, tesas como círios, bruxoleando no alto a chama verde das palmas. E, na hora augural, as aves totêmicas, em rito órfico, recruzavam no ar cem mil asas, solenizando o crepúsculo glorioso.

Outro arrebatamento, o Centro de Ciências, Letras e Artes. O que a paisagem não me deixou ver, vim a conhecer aqui, o outro lado da cidade, sua alta vocação pelos estudos, seu carinho pelas artes, seu zelo pelas letras.

Aqui encontrei, nas primeiras horas, acolhedores e didadas, homens representativos da cultura campineira: José de Campos Novais, Rafael Duarte, Otoniel Mota, Carlos de Paula, Celso Rezende, Amilar Alves, Hilário Magro, Jorge Nogueira, Anibal de Freiras, Lino Leme, Félix da Cunha, Mário Natividade, Camilo Vanzolini, Celso Ferraz Camargo, Antônio Lobo, Geraldo Alves Correia, Omar Simões Magro, Mascarenhas Araújo, Tácito Car-

valho e Silva, Rui Martins Ferreira, Marcelino Velez... a alguns mais dos muitos assíduos expoentes do saber, da arte e da mais viva simpatia pelos moços.

Vejam a que excelente mercado de valores veio dar o visitante, ansioso por perfeito investimento dos tesouros que portava: o dos seus sonhos, da sua mocidade e da sua pobreza.

Porque descobertas no mesmo dia, a cidade e esta casa, se fundiram elas, em meu espírito, por laço indissolúvel. O Centro é criatura da alma campineira e espelho da sensibilidade e inteligência deste povo.

(De um discurso de Nelson Omegna alusivo
ao 75º aniversário do Centro de Ciências,
Letras e Artes)

TEXTOS

(Sugestões para seminários)

OS ESCRITORES E A REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL (1945)

Os escritores brasileiros, conscientes da sua responsabilidade na interpretação e defesa das aspirações do povo brasileiro, e considerando necessária uma definição do seu pensamento e de sua atitude em relação às questões políticas básicas do Brasil, neste momento histórico, declaram e adotam os seguintes princípios:

Primeiro - A legalidade democrática como garantia da completa liberdade de expressão do pensamento, da liberdade de culto, da segurança contra o temor da violência e do direito a uma existência digna.

Segundo - O sistema de governo eleito pelo povo mediante sufrágio universal, direto e secreto.

Terceiro - Só o pleno exercício da soberania popular em todas as nações torna possível a paz e a cooperação internacionais, assim como a independência econômica dos povos.

CONCLUSÃO

O Congresso considera urgente a necessidade de ajustar-se a organização política do Brasil aos princípios aqui enunciados, que são aqueles pelos quais se batem as forças armadas do Brasil e das Nações Unidas.

(Declaração de princípios aprovada pelo Primeiro Congresso de Escritores, reunido em São Paulo, em 1945. "Apud" Martins, Wilson - História da Intelligências Brasileira, v. 6, p. 219-220. São Paulo, Cultrix/Edusp, 1979).

DISCURSO AOS SOLDADOS DE PARTIDA PARA A GUERRA

(Ciro, rei dos persas, “apud” Xenofante)

Aliados. Nossas almas, nossos corpos, nossas armas estão prontas, graças aos céus, para entrar em ação; e agora é preciso aprontar as vitualhas para nós e para as cavalgadas, para uma marcha de vinte dias pelo menos; porque penso que havemos de andar mais de quinze dias sem encontrar onde colhê-las, por já terem sido colhidas por nós e pelos inimigos. É necessário prover-nos de bastante pão, porque sem ele não é possível combater nem viver. Enquanto a vinho, leve cada um somente o que for suficiente para nos irmos habituando a beber água; pois tendo nós que atravessar um terreno quase estéril de vinhas, por grande que fosse a provisão que fizéssemos daquele licor, seria sempre diminuta. Mas para não sermos incomodados pela privação súbita de vinho, convém fazer o que vos vou dizer. Começemos já a beber alguma água sobre a comida. Esta mudança não será muito sensível. Os que se nutrem de farinha, costumam diluí-la em água; tudo o que se coze é preparado com grande quantidade de água. Beberemos uma pequena porção de vinho depois de cada refeição, e não passaremos mal. Esta mesma porção irá sendo progressivamente diminuída, até chegarmos a beber somente água. Todas as compleições suportarão sem prejuízo esta mudança gradual. Isto nos é ensinado pela própria divindade, quando do inverno nos conduz paulatinamente ao pino do verão, e do verão ao pino do inverno. Sejam seus imitadores na consecução deste fim.

Não transportemos leitos para neles dormirmos, transportemos o seu peso em víveres, porque a abundância destes nunca é inútil, e na falta de leitos não tendes que recear noites incômodas; e se assim acontecer, fazei recair a culpa sobre mim. Andar bem vestido aproveita sempre na saúde e na doença. Devemos fazer provisão de condimentos e acres e salgados, porque desafiam o apetite e conservam-se mais facilmente. Quando chegarmos aos lugares onde haja trigo, importa provermo-nos de moinhos portáteis para triturá-lo, por serem estes os mais leves de todos os instrumentos para fazer pão. Não nos esqueçamos de levar medicamentos, porque pouco carregam e são de considerável proveito, quando preciso. Também devo falar de correames, porque por meio deles suspendem os homens e os carvalhos o que sobre si trazem; gastados ou quebrados, não havendo com que substituí-los, é mister ficar ocioso. Os que aprenderam a polir lanças é bem que tragam o

instrumento próprio, e também uma lima, porque quem aguça a lança, aguça ao mesmo tempo a coragem; pois é vergonha dar provas de covardia, tendo açalado o ferro da lança. Convém transportar boa porção de madeira para carros e carretas. Quando há muito que fazer, é forçoso que alguma coisa falte. Além dos materiais é preciso levar os instrumentos mais necessários; porque não há operários por toda parte, e um pequeno número deles não basta para os trabalhos de cada dia. Cada carreta levará um sacho e um enxadão, cada besta de carga uma enxada e uma foice. Estes instrumentos são úteis a cada um em particular, e muitas vezes têm utilidade geral.

Vós, capitães dos soldados pesadamente armados, examinai se eles têm os víveres de que precisam; não deixemos de curar do que é necessário; isso seria não cuidar de nós mesmos. Vós, chefes de bagagens, examinai se as cargas estão dispostas como eu mandei; e obrigai a pontualmente executar minhas ordens. Vós, comandantes dos gastadores, que tendes o catálogo dos seteiros, arqueiros e fundeiros, por mim reformados, deveis obrigar nesta expedição os seteiros a usar de um machado próprio para cortar madeira, os arqueiros de um sacho, os fundeiros de um enxadão. Todos estes marcharão adiante das bagagens, divididos em turmas, para, quando convier preparar a estrada, entrardes logo em ação, e para eu saber que lugar ocupais quando quiser de vós algum serviço. Levereis também no exército operários que trabalhem em bronze, carpinteiros de carros e sapateiros, todos na idade de pegar em armas, e com os respectivos instrumentos, a fim de não se padecer falta do que pertence àqueles officios. Estes constituirão um corpo separado, e marcar-se-lhes-á um lugar onde poderão trabalhar para quem lhes quiser pagar seus artefatos. Se alguns vendedores quiserem acompanhar o exército, hão de conservar seus víveres durante os dias acima mencionados. Se algum for encontrado a vender, tudo lhe será confiscado; mas decorridos aqueles dias, podem vender como quiser. O que levar maior cópia de mantimentos será pelos aliados e por mim premiado e honrado. Se algum deles carecer de fundos para fazer suas compras, tragam consigo pessoas que o conheçam e me afiancem que parte com o exército; eu o ajudarei como puder.

Eis o que eu tinha que dizer. Se algum de vós considera que outras coisas possamos fazer também úteis, advirta-me. Ide, pois, preparar-vos, enquanto eu vou oferecer um sacrifício pela nossa partida; e terminadas estas cerimônias avisarei. É necessário que cada um dos soldados, provido de tudo que ordenei, compareça junto de seus officiais, no lugar marcado; e vós, officiais, formais vossas companhias e comparecei junto a mim para ocupardes vossos postos.

(Xenofonte, *Ciropeia*, 236-240. Trad. de João Félix Pereira. Rio de Janeiro, Jackson, 1960. *Clássicos Jackson*", v. 1).

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

CARLOS DA COSTA PEREIRA (1890-1967)

O transcurso, no ano passado, do centenário do nascimento de Carlos da Costa Pereira sugeriu-nos tomar o historiador catarinense como “vulto da historiografia brasileira” do presente número de nossa publicação. Seu nome talvez não diga muito a quem não esteja familiarizado com a historiografia regional. O que é pena, pois se trata de uma das mais autênticas e honestas vocações de pesquisador, embora limitado no seu interesse à história de seu Estado, mais particularmente de sua cidade, a velha São Francisco do Sul, uma das mais meridionais fundações paulistas no litoral brasileiro.

Nosso primeiro contato com Carlos da Costa Pereira (não pessoal, pois só ocorreu mais tarde) foi através de valiosa monografia publicada em 1931, num dos primeiros tomos dos “Anais do Museu Paulista”, tendo por título *Um capítulo da expansão bandeirante* e versando precisamente sobre a fundação de São Francisco do Sul. Cerca de 50 páginas revelando não apenas erudição, mas sólido conhecimento das fontes e acentuado pendor para a pesquisa, o que foi salientado por mestre Afonso de Taunay, ao referir-se, na apresentação, às “pesquisas acuradas e honestas” do então jovem autor catarinense.

Em 1936 aparecia na prestigiosa coleção “Brasiliana”, da Companhia Editora Nacional, a parte relativa a Santa Catarina dos relatos de viagens de Saint-Hilaire, primorosamente traduzida por Carlos da Costa Pereira, a quem coube, quase 30 anos mais tarde, retomar a meritória tarefa de traduzir o grande naturalista francês, pondo novamente ao nosso alcance, em tradução igualmente primorosa, a parte relativa ao Paraná.

Foi em 1940, por ocasião do IX^o Congresso Brasileiro de Geografia, que tivemos ocasião de conhecer pessoalmente o historiador de São Francisco do Sul. Trabalhamos na mesma comissão técnica e fizemos boa

camaradagem nos dias que passamos em Florianópolis, quando recordamos, principalmente, nosso comum relacionamento com Afonso de Taunay. Ao Congresso, então realizado na capital catarinense, Carlos da Costa Pereira apresentou erudita monografia sobre *Toponímia antiga da costa do Brasil*, que pode ser lida no tomo quinto dos respectivos anais.

Nascido a 23 de novembro de 1890, foi em sua cidade natal que se iniciou na vida de imprensa e na pesquisa histórica. Transferindo-se para Florianópolis a fim de ocupar a direção da Biblioteca Pública do Estado, vinculou-se às duas mais importantes entidades culturais da terra catarinense, o Instituto Histórico e Geográfico e a Academia de Letras. Especialmente o primeiro, do qual foi secretário por muitos anos e em cuja preciosa revista publicou boa parte de seus trabalhos.

Em excelente conferência proferida na sessão solene com que as duas mencionadas entidades assinalaram o transcurso do centenário de Carlos da Costa Pereira, o professor e acadêmico Walter Fernando Piazza tratou demoradamente do historiador catarinense, procedendo a um arrolamento provavelmente completo de sua produção e ainda salientando os traços mais significativos e marcantes de sua personalidade, não só como pesquisador de história, mas como homem igualmente interessado nos mais diversos aspectos da cultura catarinense (especialmente o folclore) e também nas diversas funções públicas que exerceu.

E concluiu: "Aquele homem de gestos comedidos, parcimonioso no falar, lhamo no tratar aos que buscavam uma orientação, faleceu, na sua Babilonga, a sua São Francisco, a quem dedicou o melhor da sua vida, a 17 de fevereiro de 1967, contando, pois, 77 anos bem vividos. A sua simplicidade no trajar, a simplicidade no ser, era a primeira e grande virtude de Carlos da Costa Pereira. Por trás daquela simplicidade estava o competente e honesto pesquisador da nossa História, imbuído de amplos conhecimentos hauridos na documentação que compulsou e na bibliografia que leu à exaustão. E, sem ter título universitário, sem ter cursado além da escola primária, pelo seu esforço, pelo seu amor ao saber, pela sua entranhada vontade, fez-se um sábio".

BIBLIOGRAFIA DE CARLOS DA COSTA PEREIRA

A. *Avulsos*

O nascimento de Frei Fernando de Trejo y Sanabria em São Francisco (Florianópolis, Imprensa Oficial, 1937)

A Revolução Federalista de 1893 em Santa Catarina (Florianópolis, Governo do Estado, 1976)

Riscos e Traços (idem, 1978)

Traços da vida da poetisa Júlia da Costa (Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura, 1982)

História de São Francisco do Sul (Florianópolis, UFSC/São Francisco do Sul, Prefeitura municipal, 1984)

B. Colaboração nos "Anais do Museu Paulista"

Um capítulo da expansão bandeirante: a fundação de São Francisco do Sul (tomo V, 1931)

C. Colaboração nos "Anais do IXº Congresso Brasileiro de Geografia" Toponímia antiga da costa do Brasil (Vol. Vº, 1944)

D. Colaboração nos "Anais do 1º Congresso Catarinense de História" *Um ponto controverso da História* (Vol. 2º, 1950)

E. Colaboração na "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina" (1919-1944)

Papéis Velhos (1919, v. 8)

O Pelourinho (idem)

Acerca da invasão espanhola (1º semestre de 1943)

A Região as Araucárias (2º semestre de 1943)

"O Brasil e os Brasileiros", de Kidder/Fletcher: resenha (1º semestre de 1944)

Franceses em Santa Catarina (2º semestre de 1944)

F. Colaboração no "Anuário Catarinense" (1950-1953)

- Joinville nos primeiros anos de fundação* (nº 3, 1950)
- "E ouviram um tiro na floresta..."* (nº 5, 1952)
- Da couve na cultura popular* (nº 6, 1953)
- A poetisa Júlia da Costa* (nº 8, 1953)
- G. Colaboração em "Blumenau em Cadernos" (1962-1966)
- As viagens de Suas Altezas imperiais ao sul do Brasil* (abril 1962)
- Hans Staden e Ulrich Schmidel* (novembro 1962)
- Othon da Gama Lobo d'Eça* (setembro 1964)
- A propósito da excursão do dr. Araujo Brusque ao rio Itajaí* (outubro 1965)
- A alcunha de "Barriga Verde"* (janeiro de 1966)
- A viagem do primeiro governador republicano ao norte do Estado* (novembro 1966)
- H. Na publicação comemorativa do centenário da Comarca de laguna *Rafael Pires Pardino: alguns traços biográficos* (Porto Alegre, 1956)

Traduções

- Viagem à Província de Santa Catarina*, de Saint-Hilaire. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936. Coleção "Brasiliiana", v. 58.
- A Província de Santa Catarina e a colonização do Brasil*, de Leonce Aubé. Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Santa Catarina, 1º semestre de 1943 e 2º de 1944).
- Os rios Itajaí Grande e Itajaí Mirim*, de Charles van Lede. "Blumenau em Cadernos", março de 1959.
- Movimento colonizador na Província de Santa Catarina durante estes últimos anos (1828-1860)*, de Leonce Aubé ("Blumenau em Cadernos", fevereiro e março de 1962.
- Viagem à Comarca de Curitiba*, de Saint-Hilaire. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1964. Coleção "Brasiliiana", v. 315.

(*Observ.* Alguns dos trabalhos estampados em publicações periódicas foram incorporados aos volumes póstumos, editados a partir de 1976 e constantes do primeiro item deste elenco.

SELETA

SÃO FRANCISCO DO SUL O NOME. A FUNDAÇÃO

Carlos da Costa PEREIRA

É a um documento de origem espanhola e não portuguesa que cabe a primazia de referir-se, na época dos descobrimentos, ao nosso porto com a denominação de São Francisco, sendo de estranhar que nos mapas de Maiollo, o primeiro do ano em que foi impressa a *Suma de Geographia* e o segundo de 1527, ambos derivados de fontes portuguesas, não figure essa denominação, se de fato foi a expedição de D. Nuno Manuel, ou qualquer outra anterior a esta, que a impôs. E conforme Fregeiro, a descrição da costa sul-americana até o Rio da Prata, constante da obra de Enciso, só poderia ter sido feita de acordo com as informações levadas para a Espanha pelos sobreviventes da armada de Solis.

Somente anos mais tarde é que o nome imposto à nossa baía aparece em trabalho cartográfico, numa carta sem data nem autor, a de Turim, de 1523, segundo HARRISSE, e provavelmente inspirada em informações espanholas.

Depois da carta de Turim, é o mapa de Diogo Ribeiro (1529), português ao serviço da Espanha, cosmógrafo-mór de Carlos V, que assinala São Francisco com este nome, sendo daí por diante reproduzido nos demais trabalhos cartográficos que foram aparecendo, com exceção de um ou outro, cujos autores - Lázaro Luiz, Jan van Doet, Arnold Fiorentin - certo não colheram informações na Espanha, e sobretudo, o que é digno de nota, dos de Fernão Vaz Dourado, datados de 1568 e 1580, constantes do famoso atlas manuscrito existente no Arquivo da Torre do Tombo, ficando ainda uma vez provado que a referida denominação não foi dada por portugueses, pois era ignorada ou menosprezada pelo célebre cosmógrafo da mesma nacionalidade, 61 anos após a impressão da obra do licenciado Fernandez de Enciso.

Assim, parece estar fartamente demonstrado que a denominação São Francisco é de autoria espanhola e, por conseguinte, só poderia ser dada pela expedição de Solís, em 1515, a primeira, conforme temos notícia, que explorou mais ou menos detidamente a costa sul-brasileira até o Rio da Prata, à procura dessa passagem para as Molucas.

Anos adiante, em 1658, provavelmente os fundadores da vila de Nossa Senhora da Graça acrescentaram à denominação de *São Francisco*, que só poderia ser *de Assis*, o criador da ordem terceira da penitência, canonizado em 1229, o sobrenome *Xavier*, do apóstolo das Índias, canonizado por Paulo V, em 1605, segundo uns, ou por Gregório XV, em 1622, segundo outros. Destarte, os portugueses e vicentistas ter-se-iam aproveitado da denominação já existente para homenagear o abnegado jesuíta que no reinado de D. João III embarcara para o Oriente, "para o novo mundo, no dizer de Oliveira Martins, a convertê-lo à fé, enchendo de pasmo o mundo antigo, com os exemplos de uma caridade e de um heroísmo que excede em valor o dos descobridores e guerreiros".

(...)

Nenhuma tentativa tinham feito até então os portugueses, no sentido de estender o povoamento do sul do Brasil aquém de Cananéia. Havendo Portugal, anos antes, caído sob o domínio castelhano, permaneceu esse largo trecho de costa até o Rio da Prata no mais completo abandono, à mercê de qualquer outra nação que se aventurasse firmar pé aqui, pois os próprios espanhóis, de certo tempo, deixaram de dar importância ao povoamento do litoral, preocupados com a procura de metais preciosos no interior do continente.

Só depois de Portugal Libertar-se do jugo espanhol é que se começou a olhar com mais interesse para as costas do sul e se iniciou o seu povoamento, com a fundação de Paranaguá, São Francisco, Santa Catarina e Laguna. Assim mesmo, era um movimento mais verdadeiramente paulista que português, era o expansionismo bandeirante que se lançava pelo interior do Brasil na conquista de índios, que se transmuda na do ouro e conseqüente conquista de terras.

Assim, foi povoador de São Francisco Manoel Lourenço de Andrade, que trouxe em sua companhia mulher e filhos, o seu genro Luís Rodrigues Cavalinho, grande número de agregados e escravos, gadaria, instrumentos agrícolas e ferramentas para a exploração de minas.

Lourenço de Andrade era natural de Lamego e filho legítimo de Manoel Lourenço e sua mulher Branca de Andrade, e casara na vila de São

Paulo, onde era morador, com Maria Coqueiro, filha do capitão Gaspar Coqueiro. Como os demais povoadores, é provável fosse de algum cabedal, cheio de audácia e intrepidez, "de integridade moral perfeita" e enfeixasse "as melhores qualidades de caráter". Pelo menos, ele e o seu genro figuram entre as pessoas de destaque da capitania de São Paulo, tais como João Luís Mafra, loco-tenente do donatário conde de Monsanto; Antônio Raposo Tavares, Fernão Dias Pais, Antônio Pompeu de Almeida, Lourenço Castanho Taques e muitos outros, que assinaram o auto de aclamação de D. João IV, lavrado a 3 de abril de 1641.

Manoel Lourenço de Andrade viera com amplos poderes do marquês de Cascais, sucessor do donatário Pero Lopes, para estabelecer-se em São Francisco e repartir as terras com os demais companheiros e com o que fossem chegando, sendo provavelmente acoroçoado na empresa pelo governo da capitania de São Paulo, que se interessava pelo povoamento do sul do Brasil e persuadia essa gente a transmigrar para os campos e para a orla litorânea até o Prata, a fim de garantir a posse dessa região que de direito nos pertencia e a Espanha pretendia conquistá-la em diversas tentativas.

Naturalmente, dos anteriores ensaios de colonização ficara alguma coisa, como se pode concluir da concessão de uma sesmaria feita em 1642 a Antônio Fernandes "para vir povoar a vila que se ia fundar em S. Francisco do Sul, onde já tinha capela de N. S. de Graça".

A paragem já estava explorada e era propícia ao povoamento que se faria com todas as vantagens, perto de tranqüila baía, profunda, ampla e pis cosa. Entretanto, não foi no local onde hoje está situada a cidade que se lançaram os primeiros fundamentos da povoação. Só depois de conhecidos os inconvenientes que ofereciam os outros pontos nos quais tentaram localizar-se, - num afluente do rio Parati, próximo ao morro denominado Paranaguá-mirim; depois, à margem fronteira desse mesmo afluente, e mais tarde na ponta de Iacolomi, - é que se transferiram para o local em que se fixaram definitivamente, prosperando a incipiente povoação com a indústria de cordoaria, o preparo de peixe seco, a construção de barcos e a cultura de cana-de-açúcar, do algodão e, e sobretudo da mandioca para o fabrico da farinha, cuja exportação era vultosa, "fazendo a base de todo o seu comércio".

(Um capítulo da expansão bandeirante: a fundação de S. Francisco do Sul, em "Anais do Museu Paulista, vol. IV, pp. 532-539. São Paulo, 1931).

RABISCOS DE UM ESCRIVINHADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista as quartas-feiras, no Correio Popular de Campinas. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram publicadas).

215. MAGNÍFICO EXEMPLO QUE NOS VEM DO AMAZONAS

Um feliz acaso me fez tomar conhecimento da publicação, pela Associação Comercial do Amazonas, do importante livro de Lister Maw sobre a viagem por ele empreendida visando à passagem do Pacífico ao Atlântico, nas províncias do norte do Peru e descendo pelo rio Amazonas até o Pará. Publicado em Londres, em 1829, foi o livro de Maw um dos raríssimos casos de livros de viajantes estrangeiros que escreveram sobre o Brasil traduzidos quase na mesma época da edição original. O comum é geralmente tais livros levarem mais de um século para serem traduzidos, sem contar os numerosos que até hoje não o foram. Pois bem: publicado o original inglês de Maw em 1829, já em 1831 aparecia, editado também na capital inglesa, a tradução portuguesa levada a efeito por Antônio Julião da Costa, cônsul português em Liverpool. Esta tradução tornou-se mais rara que o próprio original inglês, segundo informação de Rubens Borba de Moraes, a maior autoridade em livros raros sobre o Brasil.

Empenhei-me em obter o livro, o que não foi difícil, dependendo apenas de alguma correspondência com a entidade que o editou. Ao recebê-lo, verifiquei tratar-se de reprodução facsimilar da edição de 1831, o que mais valorizou ainda a iniciativa.

Deixarei para outra oportunidade o comentário ao livro de Maw. Desejo, aqui, comentar algo de muito significativo. Esta obra já é o volume nono de uma coleção denominada "Hiléia Amazônica", que vem sendo publicada pela Associação Comercial do Amazonas, através de seu Fundo

Editorial, constituída toda de reedições fac-similares de obras clássicas sobre o Amazonas, publicadas originalmente no século passado ou no início do atual. Não tive oportunidade de conhecer os demais volumes da coleção, mas a julgar pelo volume de Maw, trata-se de magnífica iniciativa, não só cultural, como também material pelo cuidado da edição e o aprimoramento da apresentação gráfica.

Exemplo magnífico nos dá o Amazonas. Por que a Associação Comercial de São Paulo (poderosa como parece ser) não imita sua congêneres amazonense, fazendo o mesmo com textos valiosos para a história paulista, dando continuidade, assim, à coleção "Paulística", em boa hora iniciada pelo governo de Paulo Egídio Martins e em má hora interrompida pelos governos subsequentes? E nem se diga que a Associação Comercial do Amazonas apenas se interessa (o que seria natural) por textos de história econômica. Não. No catálogo que me foi enviado figuram, por exemplo, o Dicionário Topográfico da Comarca do Alto Amazonas, a obra literária de Tenreiro Aranha e ainda livros sobre lendas indígenas e climatologia médica.

Por que não se fazer em São Paulo o que nossos amigos amazonenses se dispuseram a fazer, para honra da cultura daquele Estado? 4-5-1990.

*

216. LINDA DE CHAMOUNIX

Já completou cem anos a edição que possui da *Linda de Chamounix*, o "grande romance" (como se lê na página de rosto), traduzido por A. M. Cunha de Sá e editado em Lisboa em 1889/1890. Nunca tive oportunidade de ver - já nem digo ler - a obra original *A la grace de Dieu*, que D'Ennery publicou em 1841. Como título, *Linda de Chamounix* apareceu pela primeira vez no libreto que Gaetano Rossi escreveu para a ópera de Donizetti, logo no ano seguinte ao da publicação do livro, e que marcou o primeiro grande êxito do compositor bergamasco. O libreto, obviamente, não poderia comportar todo o romance. Para ele, foram escolhidas as páginas consideradas mais expressivas. Aqui, a primeira dificuldade.

Poder-se-á dizer que *A la Gloire de Dieu* é um vasto painel, comportando vários romances paralelos, modalidade muito em voga na ocasião, que praticamente desapareceu por muito tempo, e está voltando em alguns romances modernos. Fica difícil ao leitor meio desatento acompanhar corretamente a trama sem se perder.

Não sei até que ponto *Linda de Chamounix* interessará a um leitor de hoje. No entanto, há nele cenas magistrais: as descrições das nevadas, a peregrinação anual dos jovens saboianos a Paris a fim de ganhar algum dinheiro para minorar a situação de penúria em que viviam em suas aldeias, a criminosa exploração de crianças em Paris por parte de agenciadores inescrupulosos (e Garrigou é bem o exemplo desta canalhice...), o cerco impiedoso à pobre Maria (a “Linda”) e o esforço desta para desvencilhar-se de seus importunos assediadores, o ambiente cortezão de algumas casas da nobreza francesa, toda a trajetória romântica de André/Arthur, as manifestações folclóricas dos saboianos, os julgamentos dos tribunais, a loucura de Maria/Linda, o retorno à aldeia, a “redenção pelo amor” (quase um tema wagneriano...) e finalmente as cenas da Revolução Francesa com a fuga dos protagonistas do longo drama para a aldeia de Chamounix. É neste final, que aparece pela primeira vez o nome de Maria associado à aldeia. “Linda” já era o seu apelido. Residindo, agora, em Chamounix, ela se torna “Linda de Chamounix”.

E as cenas paralelas nos levam a um duelo à beira dum lago, à fuga marítima de um dos protagonistas do porto de Toulon, em embarcação que pretendia salvar náufragos franceses nos Galápagos, mas que...fica pelo Chile, onde combate com os araucanos. É cinematográfico demais para um romance ou, melhor, um “vaudeville” do século XVIII.

Talvez seja a linda ópera de Donizetti (“linda” em todos os sentidos) o primeiro caso de um melodrama composto e encenado quase “em cima” do romance que a inspirou. Logo no ano seguinte ao do aparecimento do livro. O interesse despertado pelo romance certamente terá justificado a composição de uma ópera, que também alcançou êxito igual ao do livro. Mas... passou, tanto um como outro. Todavia, uma gravação integral, excelente, resgatou-a para a posteridade. 23-5-1990.

*

217. TIRANDO DO ESQUECIMENTO UM GRANDE PAULISTA

Andava esquecido o senador Adolfo Gordo, um dos homens públicos mais notáveis de São Paulo. Sua neta, a socióloga e historiadora Alice Beatriz da Silva Gordo Lang, propiciou-nos conjugar o verbo no passado, pois graças ao livro que vem de publicar sobre seu avô (Brasília, 1989), Adolfo Gordo deixou de ser apenas uma rua dos Campos Elíseos, na Capital paulista.

Creio que, afora São Paulo, nenhuma outra cidade o homenageou dando seu nome a uma via pública. Nem sei se Piracicaba, sua terra natal, lembrou-se de o fazer.

Sua figura surge das páginas do livro em toda a sua dimensão, permitindo apreciá-lo nas mais diversas facetas de sua personalidade. Nascido em 1858, diplomado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1879, iniciou sua vida profissional em Capivari, transferindo-se para a Capital em 1887. Propagandista republicano desde os tempos de estudante, desempenhou intensa atividade no Partido Republicano Paulista. Ao tempo do governo provisório, no início da República, exerceu por alguns meses a presidência do Estado do Rio Grande do Norte. Deputado à primeira Constituinte republicana e deputado federal em diversas legislaturas até 1913, quando foi eleito para o Senado Federal, onde permaneceu até o seu falecimento, em 1929.

A autora não se preocupou apenas com os traços biográficos do ilustre homem público, antes, procurou “através da análise de seu relacionamento social e político e de sua ação parlamentar, delinear o significado da representação parlamentar e apreender aspectos da sociedade em que o político se inseria, a sociedade brasileira da Primeira República.”

O capítulo terceiro, que trata da ação parlamentar de Adolfo Gordo, reveste-se de especial interesse por trazer ao nosso conhecimento coisas desconhecidas (ou pouco sabidas) e que o credenciam como um dos mais atuantes representantes de São Paulo no Congresso Federal. Dos inúmeros projetos que apresentou - vários deles transformados em leis com o seu nome -, a autora destaca alguns que revelam verdadeiro pioneirismo do parlamentar, no campo de nossa legislação social. Entre eles, o referente a acidentes no trabalho. Igualmente significativo é o capítulo referente à atuação do grande paulista no movimento revisionista da Constituição de 1891, do qual resultou a reforma constitucional de 1926, assunto sobre o qual a autora já havia publicado excelente trabalho.

Indicações precisas das fontes utilizadas e ainda a transcrição de importantes documentos valorizam enormemente o livro, que vem preencher sensível lacuna em nossa bibliografia republicana. 27-6-1990.

*

218. À MEMÓRIA DE UM REPUBLICANO

A Francisco Marins, excelente amigo e preclaro confrade da Academia Paulista de Letras, fiquei devendo a oportunidade de conhecer o

livro em que o General A. Lyra Tavares (da Academia Brasileira) procurou resgatar a memória de Aristides Lobo, um dos grandes propagandistas da República, mas esquecido ou, pelo menos, pouco lembrado de quantos têm tratado da história do período republicano entre nós. Nada mais desagradável para a memória de um grande homem (e Aristides Lobo inegavelmente o foi) do que vê-lo recordado apenas por um incidente, por mais significativo que ele seja. No caso em apreço, a notícia da proclamação da República transmitida por Aristides Lobo do Rio de Janeiro para o “Diário Popular”, de São Paulo, na qual se dizia que o povo assistira a tudo “bestializado”, muitos acreditando que se tratava apenas de uma parada... A freqüência com que este episódio vem sendo repetido em tudo quanto é manual de história, às vezes até de maneira distorcida, dá, do ilustre republicano uma falsa imagem, que seu biógrafo procurou corrigir. Tal como a do Major Sólon, lembrado apenas por ter sido apenas o portador da mensagem de banimento da família imperial, no dia seguinte ao da proclamação da República. Este, com a agravante de ter sido fixado em quadro por Facchinetti, pintor italiano que então vivia no Rio de Janeiro.

Não há de ter sido difícil ao ilustre militar e acadêmico resgatar a memória de seu coestadano. Começa já por aqui, fixando-lhe o nascimento em Mamanguape, na Paraíba, quando diversas fontes o dão como alagoano. O que houve é que, de fato, foi em Alagoas que ele “nasceu para a vida pública”. Mas isto não lhe tira a naturalidade paraibana. Livro despretençioso, bem escrito, como tudo o que lhe vem da pena e bastante documentado, com indicação precisa das fontes utilizadas. Aliás, não é novidade, pois já me ocupei, neste mesmo local, há algum tempo, de seu livro sobre as relações Brasil/França. Três pontos fundamentais afloram neste seu novo livro, que se diriam três grandes momentos da vida de seu biografado: a participação na propaganda republicana, a atuação como parlamentar e a atividade jornalística. Tudo muito documentado, com transcrições às vezes aparentemente excessivas de seus escritos e discursos.

A certa altura, diz o autor que as “Cartas do Rio” (título dos escritos que Aristides Lobo mandava regularmente para o “Diário Popular”), se devidamente selecionadas, nos dariam hoje uma preciosa contribuição para a história da República. É o caso de perguntar: não haverá possibilidade de isto ser feito? O já centenário órgão da imprensa paulistana ainda aí está. Não guardarão seus arquivos os números da época em que Aristides Lobo nele colaborava? Daí a transformarem-se em volume as “Cartas do Rio”, não há de ser difícil e ninguém melhor que o ilustre General Lyra Tavares para promover tal empreendimento, a ser levado avante, quem sabe, pela própria Academia Brasileira, que está reativando seu programa de publicações.

7-7-1990.

219. A "ESCOLA MINEIRA" NAS RUAS DE CAMPINAS

Uma das últimas propostas que tive oportunidade de apresentar quando integrante da Comissão de Nomenclatura de Vias e Logradouros Públicos, teve por objetivo dar a ruas de nossa cidade os nomes dos seis poetas que constituem a chamada "Escola Mineira", de tanto significado na história da literatura brasileira do século XVIII: Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa, Alvarenga Peixoto, Silva Alvarenga, Basílio da Gama e Santa Rita Durão. Aprovada a proposta, foram os nomes atribuídos a pequenas ruas da Vila Castelo Branco, pelo Decreto 5.392, de 8 de maio de 1978, sendo prefeito Francisco Amaral.

Nunca me conformei com a ausência em nossa nomenclatura urbana de expressivos nomes de nossa Pátria, nos mais variados setores, especialmente quando via tantos nomes estrangeiros, sem vinculação alguma com o Brasil, batizando importantes artérias da cidade. O falecido jornalista Luso Ventura comentou certa vez que no Parque Taquaral há nomes portugueses... quem nem em Portugal são lembrados!

Talvez houvesse exagero do conhecido jornalista. Mas, não resta dúvida que é difícil justificar a existência em Campinas de uma rua com o nome do dicionarista Jaime Seguíer (aliás, grafado erroneamente Sequier...), que não passou de um inescrupuloso plagiário do Petit-Larousse, quando grandes nomes de nossa história estavam ausentes: Joaquim Nabuco, Barão do Rio Branco, Vicente de Carvalho, Silva Jardim, Fagundes Varela, Machado de Assis, entre outros.

Enquanto três belíssimas avenidas da cidade ostentam os nomes do inventor do pneumático, do fundador do escotismo e de um antigo presidente de Portugal, que nenhuma vinculação tem com Campinas e nem com o próprio Brasil, não temos nenhum logradouro público com o nome de D. Pedro II, nosso segundo imperador, pois o que havia teve seu nome injustificavelmente substituído por outro, merecedor sem dúvida, mas que poderia ter sido atribuído a outra rua, das muitas ainda sem denominação na cidade.

Procurei, na medida do possível, sanar algumas das lacunas apontadas. O decreto 5.392, a que de início me referi, enquadra-se, pois, em minha preocupação já demonstrada em outras ocasiões. Dos seis nomes da chamada "Escola Mineira", quatro são vinculados diretamente ao movimento da Inconfidência, razão de sobra para merecerem nossas homenagens: Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Silva Alvarenga e Alvarenga Peixoto, todos poetas árcades; os outros dois, Santa Rita Durão ("Cara-

mu”) e Basílio da Gama (“Uraguai”) são os nomes mais expressivos da poesia épica no Brasil. 4-7-1990.

220. SACERDOTE ITALIANO EM COLÔNIAS DE SANTA CATARINA

Em diversos fascículos do ano de 1959, a preciosa publicação “Blumenau em Cadernos”, que há quase trinta anos vem sendo editada mensalmente na importante cidade do Vale do Itajaí, estampou, em tradução de Lucas Alexandre Boiteux, as *Notícias de Brusque e Nova Trento*, do padre Arcangelo Ganarini, publicadas originalmente em Trento, na Itália, por G. B. Monauni, em 1880, portanto há mais de cem anos. O autor fora, pouco antes, vigário em Brusque, servindo depois como capelão num hospital da antiga Nossa Senhora do Desterro, a Florianópolis de hoje.

No prefácio ao seu interessantíssimo relato informa que o escreveu a fim de “tornar um pouco conhecidas as condições em que se encontram muitos dos nossos compatriotas nestas colônias e quais as suas esperanças no porvir”. Escrupulosamente, julgou necessário declarar que suas observações diziam respeito apenas às colônias de Brusque e Nova Trento, as únicas que conheceu, nada podendo, portanto, informar quanto às outras.

Como bom sacerdote, muito se interessou o padre Ganarini pelo aspecto espiritual das colônias e dos colonos. Reclamou a presença de padres, pois para os italianos era imprescindível a assistência espiritual: “sem o padre desanimam e a alegria degenera em desalento; sem o padre, nenhum lugar jamais poderá ser escolhido para residência permanente da gente das nossas montanhas”. Dizia mais, ainda, que não bastava um diretor e uma dúzia de engenheiros para a prosperidade de uma colônia: fazia-se necessário um padre. “Com um engenheiro a menos e um padre a mais, o governo ganharia bastante”.

Seu relato é precioso, também, pela soma de informação geográfica sobre a região: clima, pluviosidade, fauna, flora, recursos agrícolas etc. Escrito com clareza, sem preocupações de ordem sectária ou ideológica, procura ser um retrato das duas colônias que o bom sacerdote conheceu tão bem em sua permanência no Brasil. Arrola-se, desta forma, o texto do padre Ganarini entre os bons relatos de missionários italianos do século passado, os quais constituem boa parcela dentre os que escreveram sobre nosso País.

Outros existem sobre diferentes regiões do Brasil, alguns já traduzidos, mas muitos ainda à espera de quem os ponha em nossa língua. Quanto a Ganarini, tive oportunidade de utilizar e mesmo transcrever excertos de seus escritos em meu pequeno livro *Páginas Catarinenses*, publicado há mais de dez anos. E utilizei a própria tradução do saudoso Almirante Lucas Alexandre Boiteux, um dos grandes historiador de Santa Catarina.

Registre-se, a título de informação bibliográfica, que outro texto de Ganarini, publicado na Itália no começo deste século, encontra-se traduzido e inserto no livro *Nova Trento*, do professor Walter F. Piazza, pesquisador e historiador dos mais devotados à terra catarinense. 10-7-1990.

*

221. LEMBRANÇA DE MÁRIO ERBOLATO

Encontrava-me fora de Campinas quando ocorreu o falecimento de Mário Erbolato. Assim, só ao regressar, folheando os jornais acumulados durante minha ausência, tive conhecimento da triste notícia. Nosso relacionamento remontava há quase 60 anos. Testemunhei seus esforços para abrir caminho no jornalismo, que foi sempre a sua verdadeira vocação. Aliás, a este respeito devo-lhe muito. E coisas muito significativas e marcantes para uma certa fase de minha vida. Foi graças a Mário Erbolato que vi publicados na imprensa desta cidade os resultados de pesquisas que vinha realizando no Arquivo do Estado sobre os primeiros tempos de Campinas. Numerosos artigos, por meses a fio nos anos já bem longínquos de 1937 e 1938, eram estampados em jornal da cidade, graças à gentileza do bom amigo que, também pela mesma época, iniciava-se nas lides de imprensa, que nunca abandonou. Era minha intenção elaborar um livro sobre a história "colonial" de Campinas. Todavia, meu afastamento por mais de 20 anos desta cidade fez alterar meus planos, pondo de lado tudo o que vinha fazendo, obrigado que fui a outros deveres. Mas, conservei sempre muito carinho pelos "capítulos" então publicados e foi com verdadeira emoção que os revi, meio século depois, para a primeira parte de um pequeno livro em que procurei apresentar "um pouco da história de Campinas". E este livro tinha que ser, como de fato o foi, dedicado ao amigo que vem de falecer.

Outro débito a Erbolato: o estímulo que sempre me deu, através da imprensa, quando planejei um "dicionário das ruas de Campinas", também abandonado pela mesma razão do outro. Sei que há pessoas dele cuidando atualmente, por certo em melhores condições que eu. Mas, ausente de

Campinas, continuei por muitos anos recebendo de Erbolato material relativo às novas ruas que iam sendo denominadas, para que eu as acrescentasse ao meu "dicionário". Até que eu mesmo um dia confessei-lhe minha impossibilidade de levar avante a tarefa.

Mario Erbolato acreditava na Imprensa. Esta crença foi sempre a tônica de tudo quanto fazia à frente do curso de Jornalismo de nossa Universidade Católica, refletido nos numerosos livros que publicou, a atestarem não apenas o jornalista, mas um jornalista consciente e crente no seu trabalho.

Há pouco, Paulo Pompeu. Agora Erbolato. E assim vai se reduzindo a velha guarda da imprensa de nossa terra. Aqui, a saudade e a homenagem deste seu velho companheiro. 11-8-1990.

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

I – INSTITUTOS

1. Instituto de Artes e Comunicações
2. Instituto de Ciências Biológicas
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Informática
7. Instituto de Letras
8. Instituto de Psicologia
9. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

II – FACULDADES

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

III – INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Ensino
Colégio de Aplicação "Pio XII"
Colégio Comercial da Academia "São Luís"
- c) Centro de Processamento de Dados
- d) Museu Universitário

